

Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRÁSILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE
Diretoria de Pesquisas
Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais

~~Colecção
IBEGEANA~~

IBGE - CDDI GEDOC
REDE DE BIBLIOTECAS
N.º Colecção: 2845-B
Data: 1/3/90

Crianças & adolescentes indicadores sociais

IBGE-CDDI/DEDOC
REDE DE BIBLIOTECA

Rosa Maria Ribeiro da Silva — Coordenadora
Ana Lucia Saboia
Helena Castello Branco

Crianç. Adolesc. Indic. Soc.	Rio de Janeiro	v. 1	p. 1-64	1987
---------------------------------	----------------	------	---------	------

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 — Centro
20 021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

© IBGE

Convênio Fundação Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística — IBGE/Fundo das
Nações Unidas para a Infância — UNICEF

Capa e programação visual
Carlos Alberto Passos Cabral

Crianças e adolescentes: indicadores sociais/Fundação
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. —
V. 1 (1987)- . — Rio de Janeiro: IBGE, 1989-
V.

Anual

Elaborado por Rosa Maria Ribeiro da Silva — coordenadora,
Ana Lucia Saboia, Helena Castello Branco.

1. Crianças — Brasil — Estatística. 2. Adolescentes —
Brasil — Estatística. I. IBGE.

IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/89-20

CDU 312.9-053.2/.6

Apresentação



Este boletim é o primeiro de uma série que se pretende publicar para divulgar dados sobre as condições de vida de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) no Brasil. Tais dados fazem parte de um sistema contínuo de informações geradas por diferentes fontes produtoras de estatísticas básicas: IBGE, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

O trabalho aqui apresentado é resultado do interesse e do esforço de integração de equipes técnicas que fazem parte das instituições acima citadas, e ainda de outros, cujas atividades estão voltadas, seja para o conhecimento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, seja para formulação e acompanhamento de políticas sociais dirigidas para esses grupos. Participaram em diferentes etapas desse trabalho Sonia Tiê e José Martins Rodrigues, do Serviço de Estatística de Educação e Cultura do MEC, Adolfo Furtado e Meirianne Nunes Amaro, da Assessoria Econômica do Gabinete da Ministra do Trabalho, Roberto Becker, da Divisão Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde; Divonzir Arthur Gusso, Eni Barbosa e Freda Burger, do IPLAN/IPEA e Luigi Bataglia da FUNABEM.

Foi fundamental para a realização deste trabalho o apoio do UNICEF. Este apoio se deu não só através de ajuda financeira para sua publicação, mas principalmente pelo auxílio técnico e incentivo permanente dado por Rubem Cervini — Consultor do UNICEF — que acompanhou todas as etapas do projeto.

A elaboração deste Boletim coube fundamentalmente a técnicos do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais — Ana Lucia Saboia, Helena Castello Branco e Rosa Ribeiro (coordenadora). Também colaboraram Celso Simões, Luiz Antônio Oliveira, Marcia Bandeira, Mário Monteiro e Olga Lopes da Cruz. O trabalho consistiu na organização dos dados e textos enviados pelos técnicos das instituições já mencionadas, além da seleção e análise dos dados do IBGE.

O trabalho de processamento dos dados foi realizado por João Raposo Belchior e a digitação do texto final por Liane Cooper Gonçalves.

A programação visual ficou a cargo de Carlos Alberto Passos Cabral, técnico da Gerência de Editoração do IBGE.

Sumário



Apresentação 3

7 Introdução

9 Conceituação

Dados gerais 11

17 Família e rendimento

23 Mortalidade infantil

Situação educacional 33

Trabalho 43

57 Dados absolutos (PNAD)

59 Lista de tabelas disponíveis

Introdução



A necessidade de criação de uma base de dados estatísticos sobre a população infanto-juvenil é um fato cada dia mais evidente. Desde a realização da CPI do Menor, em 1976, vem crescendo o interesse em conhecer as condições de vida desta parcela da população, especialmente dimensionar e caracterizar situações específicas como a dos “menores carentes”, “menores abandonados”, “meninos e meninas de rua”, grupos para os quais estão voltadas as políticas sociais.

Os inúmeros esforços neste sentido tiveram naturalmente seu saldo positivo, qual seja, chamaram atenção sobre diferentes aspectos das condições de vida de crianças e adolescentes no país, favoreceram a ampliação das discussões sobre o tema e promoveram a disseminação de informações. No entanto, poucas vezes nesse processo foram utilizados dados obtidos diretamente nas fontes de informação estatística oficiais. Não vem ao caso discutir as razões para isso, mas o fato de se tentar dimensionar e caracterizar subgrupos de crianças e adolescentes em situação de carência ou abandono a partir de estimativas indiretas deu margem a que se chegasse a resultados muito pouco precisos e de representatividade duvidosa. Nesta medida, os dados obtidos dizem muito pouco, além de chamar atenção para o problema das más condições de vida das crianças e dos adolescentes neste país que, já há algum tempo, são bastante visíveis em nosso cotidiano.

Tentando preencher pelo menos em parte essa lacuna, a equipe técnica encarregada do projeto Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, realizado em convênio com o UNICEF, elaborou no final de 1985 uma proposta de construção de um sistema contínuo de informações básicas sobre a criança e o adolescente a partir dos anos 80, que pudessem ser atualizadas permanentemente. De início, este sistema estava baseado exclusivamente na utilização de informações levantadas pelo questionário básico da PNAD. Infelizmente não foi possível desenvolver o projeto de imediato. Só a partir de meados do ano 1987 houve condições de dar início à sua execução.

A primeira etapa deste trabalho foi de recuperação da série histórica relativa aos primeiros anos da década de 80. Foi assim construído um conjunto de tabelas especiais cujos resultados, para Brasil e Grandes Regiões, foram divulgados em mais um volume da série Perfil Estatístico de Crianças e Mães, publicado no final de 1988, sob o título de Sistema de Acompanhamento da Situação Sócio-econômica de Crianças e Adolescentes — 1981 — 1983 — 1986. Em julho de 1989, foram lançados 5 outros volumes com dados para as Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

A organização das informações disponíveis no questionário básico da PNAD, através destas tabulações especiais, visou fornecer, na medida que os dados o permitem, um perfil da situação sócio-econômica das crianças e adolescentes, sua condição na família, sua escolarização, sua inserção no mundo do trabalho e sua participação no orçamento familiar.

Ao longo do processo de construção desse sistema ficou clara a importância de ampliar essa base de dados, através da inclusão de outras informações produzidas pelo próprio IBGE e por outros órgãos públicos.

Com esse objetivo, foram iniciados, no final de 1987 contatos com os Ministérios da Educação, do Trabalho e da Saúde, bem como com o IPEA/IPLAN e a FUNABEM, órgãos que formulam e acompanham políticas sociais voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes. Uma vez aprovada a idéia inicial formou-se um grupo de trabalho com representantes daqueles órgãos, além do IBGE e do UNICEF, para dar corpo à proposta de construção de um sistema integrado de informações e tratar de sua viabilização. Para tanto, definiu-se um elenco de tabelas especiais, elaboradas a partir das informações disponíveis em cada uma das fontes, que desse conta dos principais aspectos das condições de vida de crianças e adolescentes e pudesse ser atualizado pelo menos anualmente.

Decidiu-se também que a divulgação dessas informações seria feita de duas formas. A primeira, através de um boletim que apresentaria os principais indicadores da situação sócio-econômica e demográfica de crianças e adolescentes, traçando ao mesmo tempo um perfil de sua evolução na década. A segunda seria o acesso ao conjunto de tabelas que fazem parte do sistema e estão relacionadas no final desta publicação.

Esta primeira publicação oferece, portanto, ao público interessado as informações mais atualizadas sobre cada um dos aspectos das condições de vida de crianças e adolescentes levantados pelas pesquisas oficiais existentes. Nela estão sintetizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal de Emprego, produzidas pelo IBGE; das Estatísticas de Educação do Ministério da Educação e Estatísticas de Saúde do Ministério da Saúde. Infelizmente, não houve possibilidade de incluir ainda dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) levantadas pelo Ministério do Trabalho, embora este ministério tenha desde o início participado de execução desse projeto.

Dessa forma, constituiu-se uma base para o acompanhamento da situação sócio-econômica daqueles grupos ao longo do tempo, tendo em vista que suas informações serão periodicamente atualizadas. Por outro lado, sempre que possível, é interessante que esse conjunto inicial seja enriquecido por novas informações. Isto ocorrerá sempre que houver disponibilidade de utilização de outros dados produzidos pelos órgãos que já fazem parte do sistema ou pelos que venham futuramente nele se integrar. Nesse sentido, pretende-se vir a incluir nessa publicação, por exemplo, dados sobre gastos com execução de programas.

Nessa tarefa de reunir, sistematizar, analisar e divulgar esse conjunto de informações sobre crianças e adolescentes, acreditamos estar contribuindo não apenas para a socialização desse conhecimento. Esse trabalho está oferecendo também uma base mais concreta para formulação e acompanhamento de políticas sociais. Por outro lado, é possível pensar que a ampliação e o aprofundamento daquele conhecimento possibilitarão além de uma utilização mais efetiva e correta dos dados disponíveis, a própria produção de novas informações que venham elucidar muitos dos aspectos ainda pouco conhecidos das condições de vida das crianças e adolescentes brasileiros.

Conceitos Utilizados:



Unidade doméstica

Considerou-se como unidade doméstica, além do conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco — o que corresponde à abordagem sociológica de família — as pessoas que morassem sós em uma unidade domiciliar e ainda as pessoas que morassem num mesmo domicílio sem relação de parentesco, ligadas por normas de convivência ou dependência doméstica. Esta definição equivale ao conceito de família utilizado pela PNAD.

Taxa de atividade

Relação entre o total de Pessoas Economicamente Ativas (PEA) e a população total.

Taxa de desemprego aberto

Relação entre as pessoas desocupadas que desejam trabalhar e que na semana de referência da pesquisa tomaram providências para conseguir trabalho, e o total de Pessoas Economicamente Ativas (PEA).

Taxa de escolarização

Relação entre o número de pessoas freqüentando escola e o total da população para os diversos grupos de idade.

Taxa de evasão imediata

Percentagem de alunos que abandonaram determinada série durante um mesmo ano letivo em relação à matrícula total da série.

Taxa de repetência

Percentagem de alunos que foram reprovados em determinada série durante um mesmo ano letivo em relação à matrícula total da série.

Salário mínimo

O salário mínimo passou a denominar-se Piso Nacional de Salários, segundo o Decreto nº 2.351 de 07-08-87. Para efeito de simplificação e facilidade de comparação com os anos anteriores, será utilizada neste trabalho a denominação “salário mínimo” para representar o “Piso Nacional de Salários”.

Dados Gerais

O Brasil já não é um país tão jovem. Ao longo da década de 80, verificou-se um declínio na participação relativa das crianças e adolescentes na população total. As diferenças entre Regiões são bastante marcantes, sendo o Nordeste aquela em que a população jovem apresenta maior peso relativo.



Em 1987, 42% da população brasileira tinha menos de 18 anos



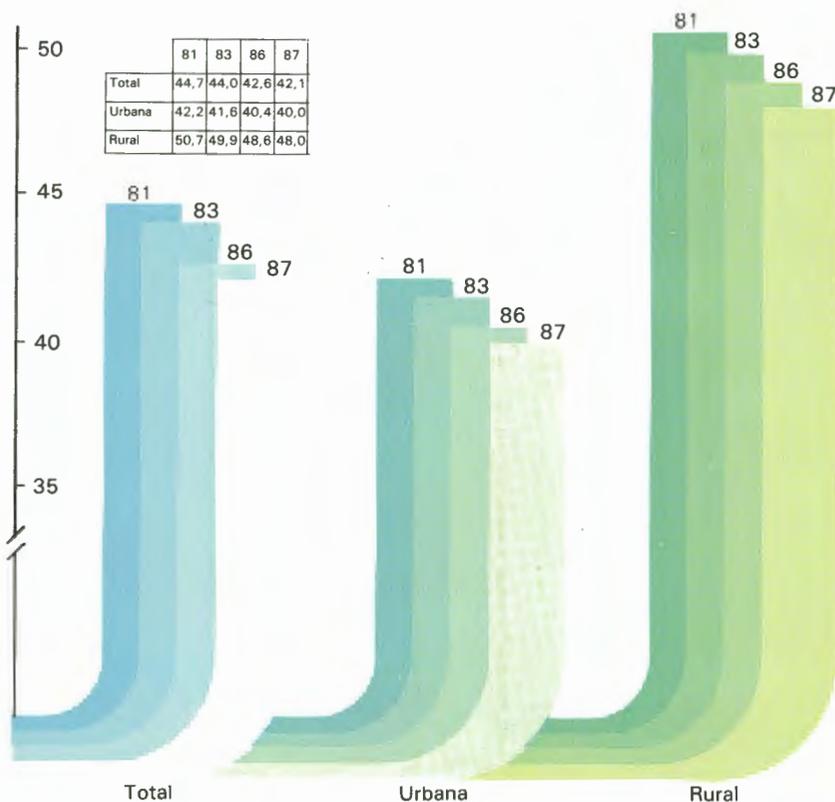
Dados gerais

Em 1987, o Brasil tinha um total de 58 354 336 crianças e adolescentes na faixa de 0 a 17 anos, representando 42,1% da população total. No período 1981/87, verifica-se um declínio na participação relativa desse grupo na população total, de 44,7% para 42,1%, o que expressa a redução das taxas de fecundidade que vem ocorrendo no país a partir da

década de 70, tanto no meio urbano quanto no meio rural. De fato, os dados indicam uma redução acentuada desta taxa, que passou de 5,76 filhos em 1970 para 4,35 em 1980 e 3,53 em 1984.

Na área rural, a população jovem apresenta maior peso relativo — 48,0% da população total — enquanto na área urbana este contingente é de 40,0%.

População de 0 a 17 anos, segundo a situação do domicílio — Brasil



Fonte: PNAD



Dados
gerais

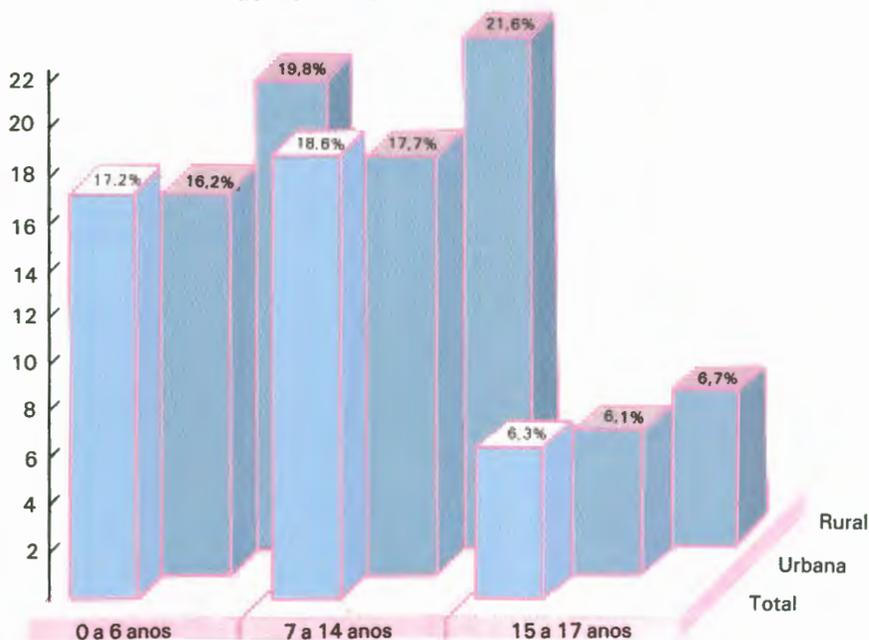
No Brasil, a proporção de jovens, apesar de alta, é inferior à da maioria dos países latino-americanos

A distribuição da população jovem por faixas etárias mostra que as crianças de 0 a 6 anos (em fase de pré-escola) representavam 17,2% do total da população; as de 7 a 14 anos (período de escolaridade obrigatória) representavam 18,6% e os adolescentes de 15 a 17 anos, 6,3%. Em todos estes grupos de idade verifica-se que a população jovem tem maior peso no meio rural.

Em 1985, segundo dados da ONU, a proporção de jovens

(menores de 19 anos) no Brasil — 47% — era levemente inferior à da maioria dos países latino-americanos, que apresentavam proporções em torno de 53%. Fugiam a este padrão a Argentina, Chile, Cuba e Uruguai, com menores proporções — 38% a 41%. Nestes países o processo de transição demográfica, com a passagem de altas para baixas taxas de fecundidade, não é um fenômeno tão recente, ao contrário do que se observa nos demais países da região.

População de 0 a 17 anos por grupos de idade, segundo a situação do domicílio — Brasil — 1987



É no Nordeste onde a população jovem tem maior peso relativo, 48%



Dados gerais

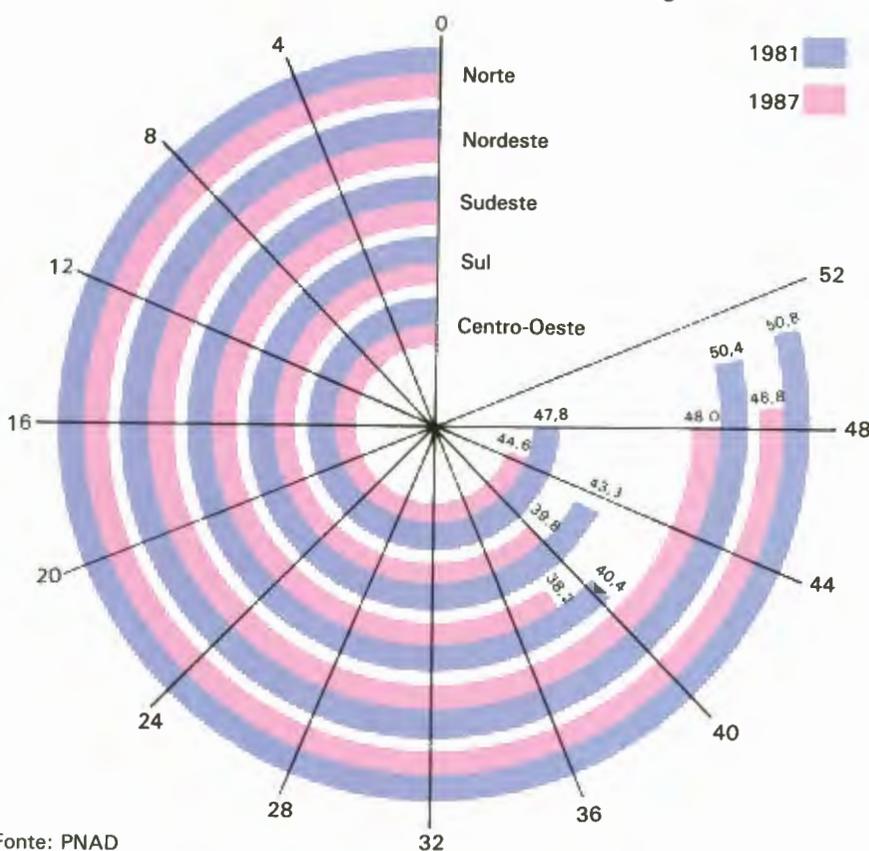
A comparação regional revelou ser o Nordeste a Região onde a população de 0 a 17 anos tinha maior peso, 48,0%, enquanto as Regiões Sudeste e Sul apresentavam os menores percentuais — 38,2% e 39,8%, respectivamente.

Estas variações se justificam pelos diferentes padrões de fecundidade existentes entre as regiões do país. De fato, a Região

Nordeste apresentava em 1984 a maior taxa de fecundidade — 4,96 filhos — enquanto o Sudeste e o Sul apresentavam as menores taxas — 2,96 e 3,04 — respectivamente.

Entre 1981 e 1987, reduziu-se o percentual desta população jovem em todas as Regiões, sobretudo no Sul, onde o decréscimo relativo chegou a 8,1%, tendo passado de 43,3% para 39,8%.

População de 0 a 17 anos — Grandes Regiões



Família e Rendimento

É elevado o percentual de crianças e adolescentes vivendo em famílias em situação de carência. A grande maioria mora em unidades domésticas compostas por casal com filhos, sendo no entanto bastante expressivo o crescimento relativo do contingente de famílias chefiadas por mulher.



Em 1987, do total de pessoas de 0 a 17 anos vivendo em domicílios particulares, 44,1% faziam parte de unidades domésticas cuja renda mensal per capita era de até 1/2 salário mínimo, o que pode ser considerado como situação de carência. Dentre estas, a metade vivia em famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, o que costuma ser associado à situação de pobreza absoluta.

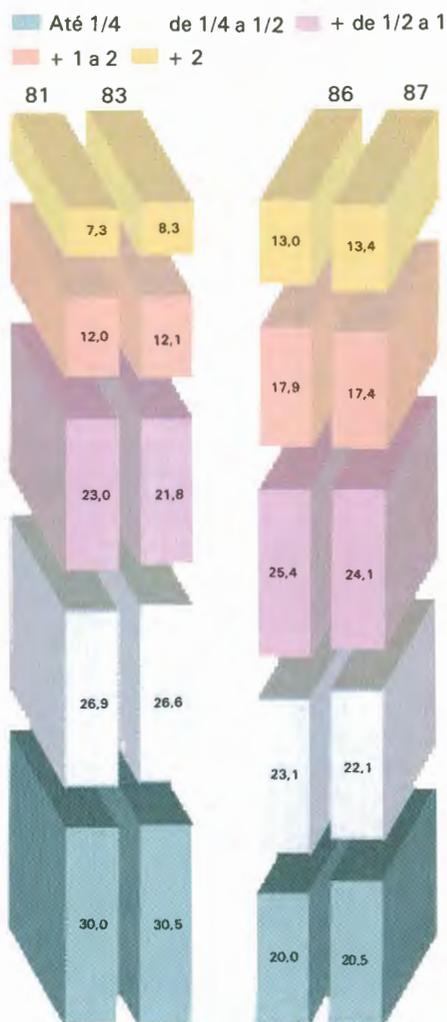
A comparação entre os níveis de rendimento das unidades domésticas para os anos de 1981, 1983, 1986 e 1987 aponta para uma melhora na situação de rendimento das famílias. É interessante observar que esta melhora ocorre basicamente entre 1983 e 1986. Entre 1981 e 1983, período de recessão, a distribuição das crianças e adolescentes por classes de rendimento mensal familiar per capita manteve-se praticamente estável. Nos anos seguintes, 1984/85, houve uma retomada da atividade econômica e, em 1986, com o advento do Plano Cruzado, elevou-se substancialmente o nível de renda da economia. Neste ano, 30,9% das pessoas de 0 a 17 anos faziam parte de famílias cuja renda mensal per capita era equivalente a mais de 1 salário mínimo, enquanto em 1981, 19,3% das mesmas estavam nesse patamar. Em 1987, volta a aumentar a proporção dos que tinham até 1/2 salário mínimo de renda familiar per capita, em função do retorno a uma situação de crise econômica. Esta melhora no nível de rendimento familiar deve ser no entanto relativizada, visto que a comparação entre dois pontos no tempo, tomando por base o salário mínimo, perde em precisão dada a variação no seu valor real ao longo do tempo. No período 1981/87, caracterizado por grave crise econômica, este sofreu queda considerável, da ordem de 43% em São Paulo e de 40% no Rio de Janeiro, segundo dados do DIEESE e da FGV, respectivamente.

Em 1987, 44% da população de 0 a 17 anos vivia em famílias com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo



Família e rendimento

Pessoas de 0 a 17 anos por classes de rendimento mensal familiar per capita — Brasil



Fonte: PNAD



Família e
rendimento

A grande maioria das crianças e adolescentes — 84,8% vivia em 1987 em famílias compostas por “casal com filhos”

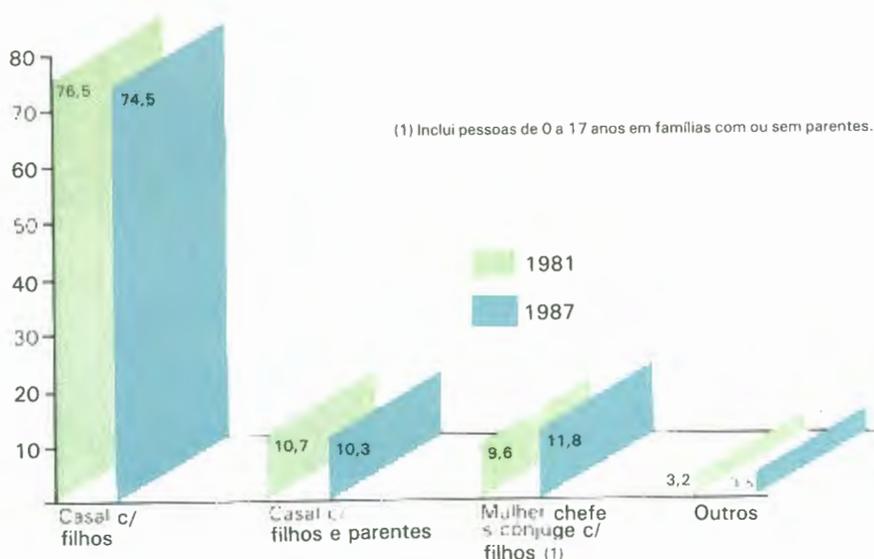
Em 1987, a grande maioria das crianças e adolescentes — 84,8% — vivia em famílias compostas por casal com filhos, sendo que 74,5% não compartilhavam a convivência com parentes. De outro lado, 11,8% faziam parte de famílias chefiadas por mulher sem cônjuge.

Comparando os dados de 1987 com os do início da década — 1981 — verifica-se um aumento significativo do percentual de crianças e adolescentes vivendo em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge. O crescimento relativo da proporção de crianças e adolescentes nestas famílias foi, neste período, de 22,9%. Em

contrapartida, reduziu-se em 2,8% a proporção daqueles que faziam parte de famílias compostas por casal com filhos, com ou sem parentes.

Estes resultados estão em conformidade com as tendências recentes de transformação nos padrões familiares. De fato, formas alternativas ao modelo dominante de família completa, como aquelas chefiadas por mulher vêm ganhando maior expressão, sobretudo a partir do ingresso da mulher no mercado de trabalho e das mudanças de valores que vêm se processando na sociedade nos últimos anos.

Pessoas de 0 a 17 anos por tipo de unidade doméstica — Brasil



É particularmente expressivo o contingente de famílias chefiadas por mulheres nos estratos de renda mais baixa



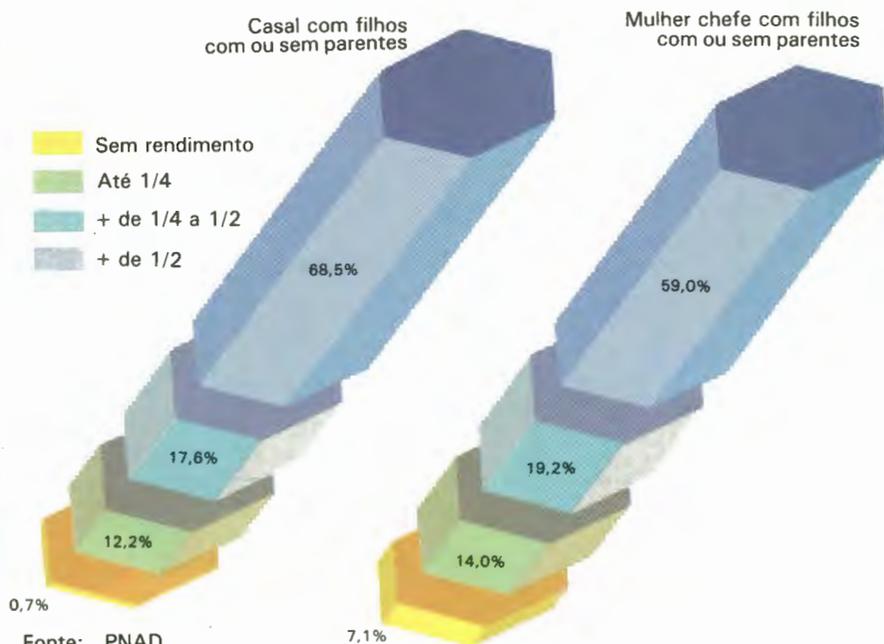
Família e rendimento

A comparação entre os níveis de rendimento das famílias integradas por mulher chefe com filhos e daquelas compostas por casal com filhos revela que as primeiras apresentavam nível de renda bastante inferior: enquanto o percentual de famílias chefiadas por mulheres nas faixas de renda mais baixa (até 1/2 salário mínimo per capita) era de 40,3%, entre as famílias constituídas por casal completo esta proporção se reduzia para 30,5%. No caso das famílias sem rendimento, fica ainda mais

evidente a diferença: enquanto o percentual de unidades domésticas sem rendimento próprio e chefiadas por mulheres era de 7,5%, no caso daquelas compostas por casal com filhos, não passava de 0,7%.

Estes resultados confirmam estudos realizados no Brasil e em vários países latino-americanos que revelam tratar-se o fenômeno das famílias chefiadas por mulher particularmente representativo nas classes de renda mais baixa.

Alguns tipos de família, segundo as classes de rendimento mensal familiar per capita — Brasil — 1987

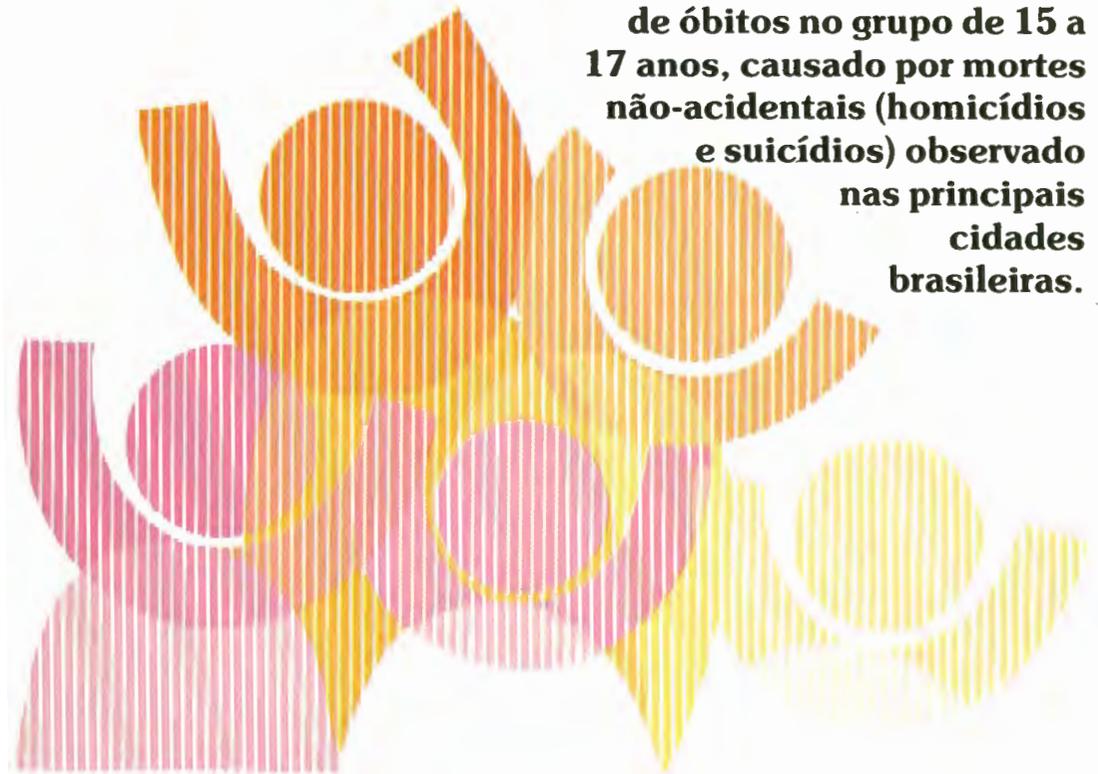


Fonte: PNAD

Mortalidade Infantil

Apesar das taxas de mortalidade infantil terem decaído ao longo desta década, as estimativas ainda são alarmantes. E o que é mais grave, a maioria dos óbitos infantis é causada por doenças facilmente evitáveis. Dois fatores são determinantes na redução das taxas de mortalidade: o nível de instrução da mãe e as condições de saneamento do domicílio.

Outro aspecto bastante preocupante foi o aumento de óbitos no grupo de 15 a 17 anos, causado por mortes não-acidentais (homicídios e suicídios) observado nas principais cidades brasileiras.



As estimativas indicam que para cada 1 000 crianças nascidas vivas em 1986, 82 morreriam antes de 5 anos de idade

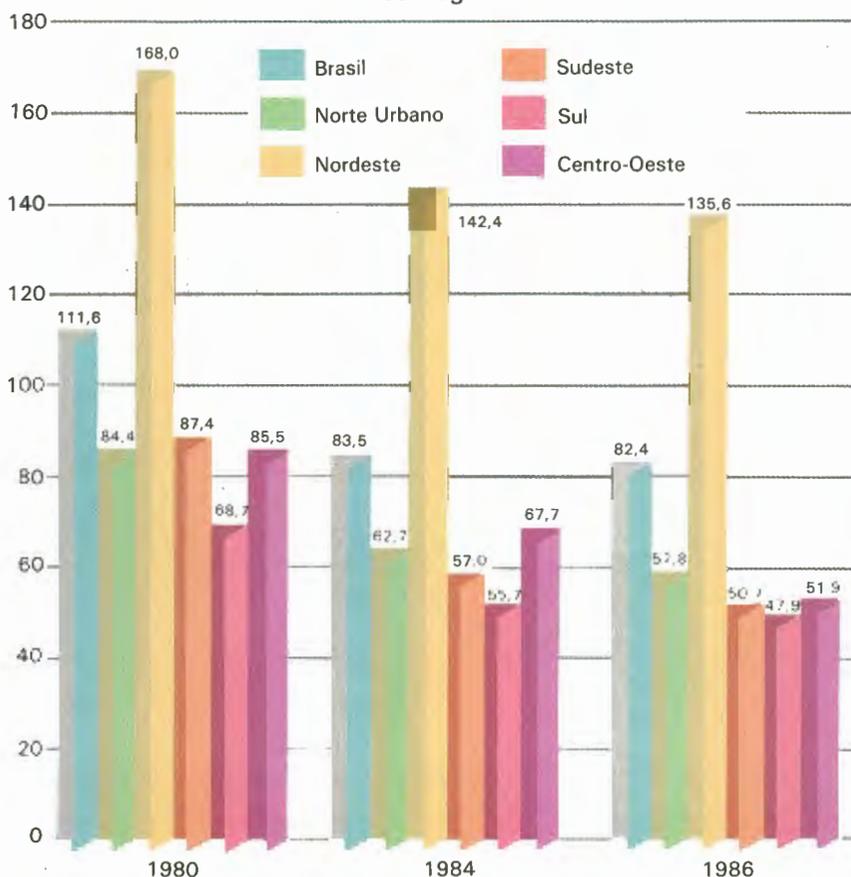


Mortalidade infantil

A observação das estimativas de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade para as diversas regiões revela valores alarmantes. No conjunto do país, em 1986, de cada 1 000 nascidos vivos, cerca de 82 morreriam com menos de 5 anos de idade, cifra

esta que sobe para 136 na Região Nordeste. Nas demais regiões, a mortalidade de crianças nesta faixa etária é de aproximadamente 50 por 1000, valor ainda considerado bastante elevado se comparado com os de países mais desenvolvidos.

Evolução da mortalidade de menores de 5 anos — Grandes Regiões



Fonte: Censo Demográfico e PNADs



Mortalidade infantil

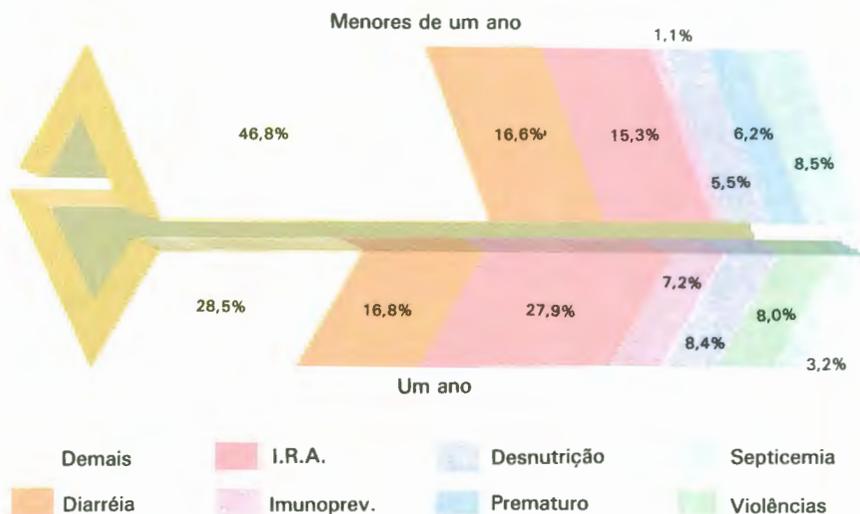
Em 1985, mais de 40% das crianças de menos de 2 anos morreram de doenças facilmente evitáveis

As altas taxas de mortalidade infantil encontradas no Brasil ainda são em grande escala efeito direto de doenças facilmente preveníveis que estão fortemente associadas a fatores de risco de caráter sócio-econômico e ambiental. Dados de 1985 mostram que 53,2% dos óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade e 71,5% dos de 1 ano (12 a 23 meses) foram consequência desses tipos de doença. Entre os menores de 1 ano a causa mais importante foi a diarreia infecciosa, 16,6%, seguida das infecções respiratórias agudas, 15,3%. Já no grupo de um ano de idade ocorre uma inversão, sendo

as infecções respiratórias agudas e as diarreias infecciosas responsáveis por 27,9% e 16,8% das mortes, respectivamente.

Deve-se destacar ainda o peso da desnutrição considerada como causa básica de morte, responsável por 5,5% dos óbitos de menores de 1 ano e 8,4% dos de um ano de idade. No grupo "Demais Causas", que engloba 46,8% dos óbitos de menores de um ano, destacam-se as afecções respiratórias do recém-nascido, representando 50,4% dos mesmos (23,6% de toda a mortalidade infantil).

Mortalidade proporcional de crianças menores de 2 anos por algumas causas de óbitos — Brasil — 1986



Em 1984, apenas 46,1% dos domicílios no Brasil tinham rede de esgoto adequada



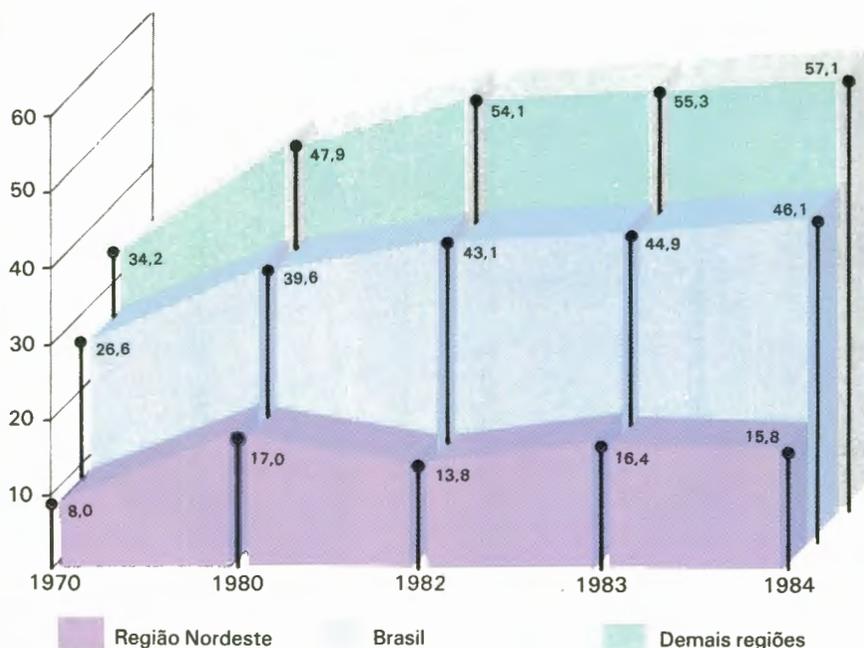
Mortalidade infantil

O saneamento básico é um dos fatores de fundamental importância na determinação das condições de saúde da população brasileira, especialmente nos índices de mortalidade infantil. Sem dúvida, houve um aumento significativo na proporção de domicílios servidos por rede geral de esgoto ou fossa séptica em todas as regiões brasileiras. Em 1970, para o conjunto do país, este percentual era de apenas 26,6%, já em 1980, esta proporção subiu para 39,6% e em 1984 para 46,1%. A Região Nordeste tinha naquele ano

apenas 15,8% de seus domicílios com esgoto adequado, percentual bastante inferior àquele encontrado no conjunto das demais regiões.

Embora tenha havido essa melhora, ainda é muito elevada a proporção de óbitos cuja causa pode ser estreitamente relacionada às más condições de higiene do domicílio. Em 1986, como já foi visto, aproximadamente 17% dos óbitos de crianças de menos de 2 anos de idade foram causados por diarreias infecciosas, um exemplo deste tipo de causa.

Domicílios particulares permanentes com rede geral de esgoto ou fossa séptica — Região Nordeste e demais regiões





Mortalidade infantil

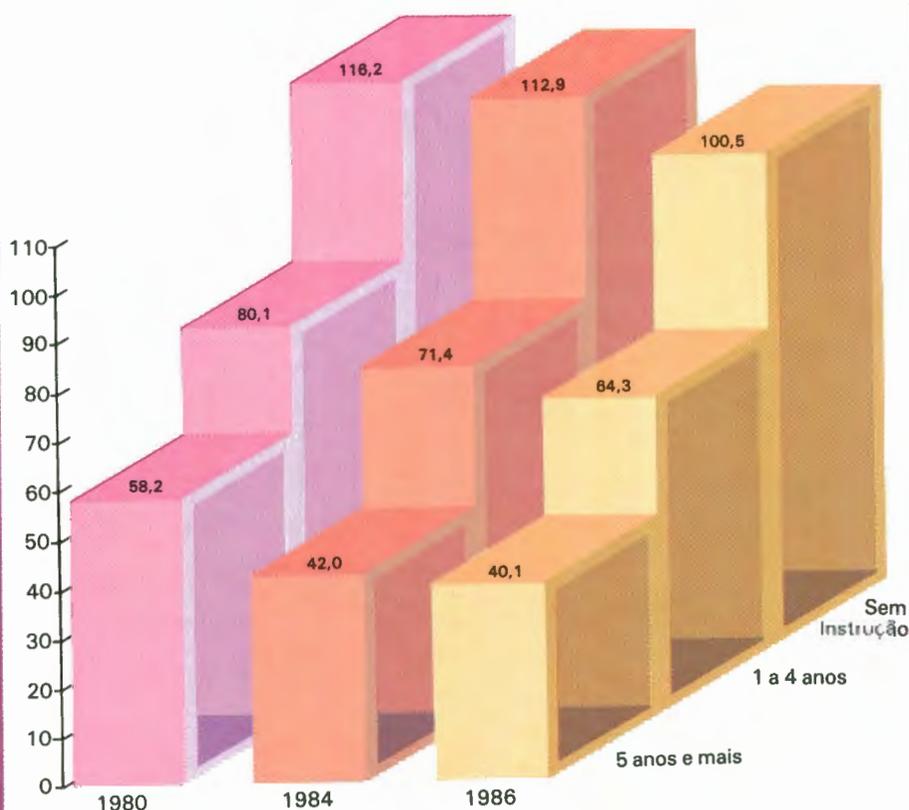
A instrução da mãe é determinante nos níveis de mortalidade infantil

O nível de instrução da mãe exerce também grande influência nos índices de mortalidade infantil. Em 1986, enquanto a mortalidade infantil para as crianças de mães sem instrução era de 100,5 óbitos por 1 000 nascidos vivos, a mortalidade daquelas cujas mães tinham mais de 5 anos de instrução caía para 40,1 por

1 000, ou seja, uma diferença de 50,6%.

Observa-se ainda que, ao longo dos anos, a queda na mortalidade infantil foi bastante significativa nos extratos mais instruídos, tendo sido de 31,1% no extrato de mais alta escolaridade, enquanto no grupo de menor instrução foi de apenas 13,5%.

Evolução da mortalidade infantil, segundo os anos de estudo da mulher — Brasil



A violência é responsável por mais da metade dos óbitos entre adolescentes



Mortalidade infantil

As causas externas de mortalidade (acidentes, envenenamentos, homicídios e suicídios) constituem uma causa de óbito importante desde os 2 anos de idade, mas é entre os adolescentes que elas mostram sua maior incidência, sendo responsáveis por 51% dos óbitos no grupo de 10 a 14 anos e por 66% da mortalidade entre adolescentes de 15 a 17 anos.

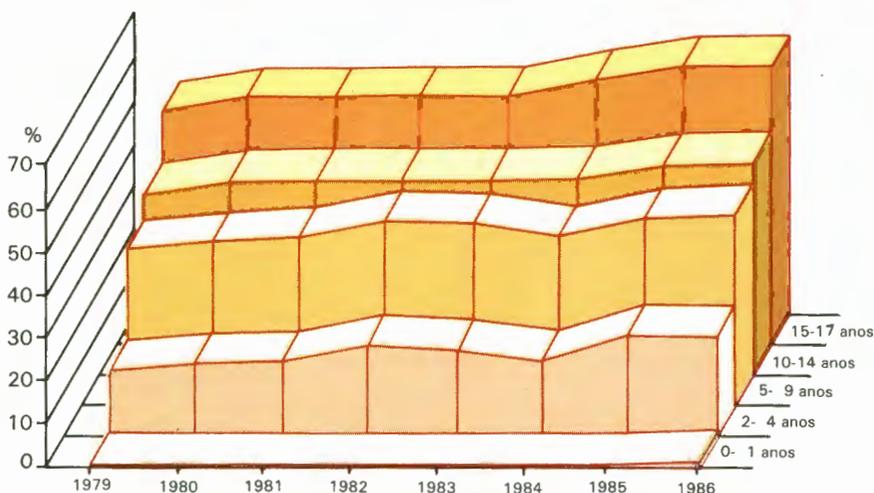
Além disso, estas causas de óbito mostram uma tendência de crescimento entre 1979 e 1986, o que pode ser um reflexo de dois fenômenos distintos: redução de óbitos por outras causas, como por exemplo uma diminuição da mortalidade por doenças infecciosas entre adolescentes, e/ou

um aumento real da violência, tanto nas cidades como nas áreas rurais.

As mortes violentas não-acidentais, como homicídios e suicídios, também estão contribuindo para aumentar a mortalidade na adolescência, e aparecem como a primeira causa de óbitos no grupo de 15 a 17 anos em algumas das principais cidades brasileiras, superando os acidentes de trânsito.

	79	80	81	82	83	84	85	86
0 - 1 ano	0,9	1,0	0,9	1,1	1,2	1,1	1,5	1,6
2 - 4 anos	15,5	17,5	17,9	20,9	20,6	8,1	23,5	23,4
5 - 9 anos	36,5	38,0	38,1	42,4	41,9	39,5	43,3	44,2
10 - 14 anos	42,8	45,5	46,3	46,0	46,4	46,5	49,8	50,0
15 - 17 anos	54,3	57,9	57,5	58,0	57,7	61,6	65,0	65,0

Mortalidade proporcional por causas externas, segundo grupos de idade — Brasil



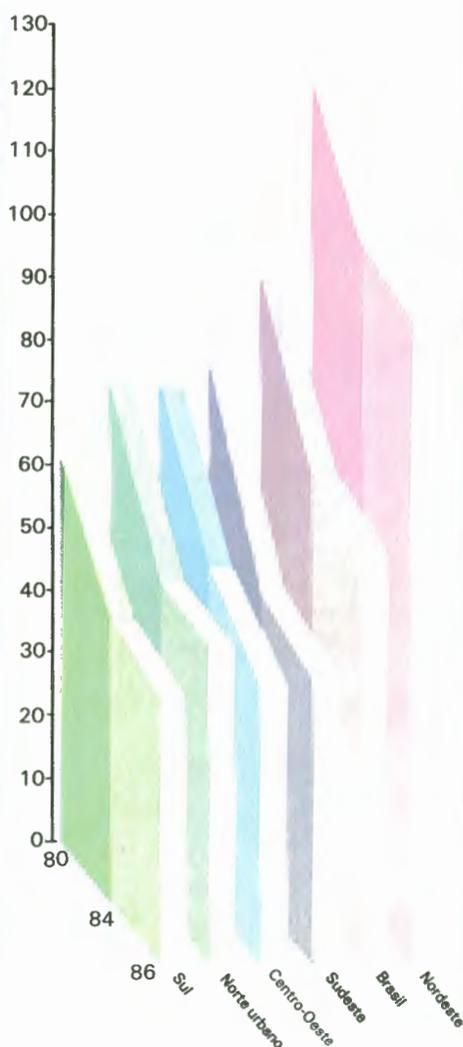
Fonte: Ministério da Saúde



Mortalidade
Infantil

Apesar da redução na mortalidade infantil em todas as Regiões, aumentaram os diferenciais regionais

Evolução da mortalidade infantil
Grandes Regiões



Ao longo das últimas décadas, a mortalidade infantil vem declinando em todas as regiões brasileiras. Ainda assim, aumentaram os diferenciais regionais, que inclusive, se acentuaram durante a década de 80. A velocidade da queda da mortalidade infantil no período 1980/86 foi menos intensa no Nordeste que nas demais regiões brasileiras, de forma que a diferença entre as taxas de mortalidade infantil naquela Região e no Sudeste, que já era de 61% em 1980, subiu para 127,2% em 1986. Assim, enquanto a mortalidade infantil na Região Nordeste era de 102,9 óbitos por 1 000 nascidos vivos, na Sudeste era de apenas 45,3 por 1 000. Observa-se também que de 1984 a 1986 praticamente se mantiveram estáveis os níveis de mortalidade.

Estes resultados refletem o precário acesso, por parte da maioria da população nordestina, aos serviços de saúde, à infra-estrutura de saneamento e a diversos tipos de programas governamentais de caráter assistencial.

GRANDES REGIÕES	1980	1984	1986
Brasil	87,9	68,2	66,9
Norte Urbano	72,0	51,0	50,4
Nordeste	122,1	105,2	102,9
Sudeste	75,5	49,6	45,3
Sul	61,8	45,6	43,1
Centro-Oeste	72,4	53,7	44,3

Fonte: Censo Demográfico e PNADs

No Norte e Nordeste mais de 1/3 da mortalidade infantil é causada por doenças diarréicas e desnutrição



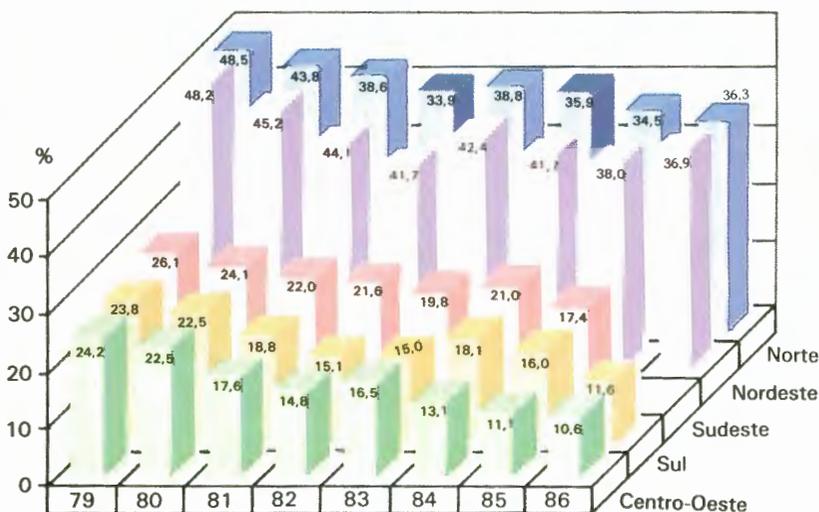
Mortalidade infantil

Entre 1979 e 1986 as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste conseguiram reduzir para menos de 16% a proporção de óbitos por doenças diarréicas e desnutrição, enquanto no Norte e Nordeste esta proporção manteve-se em torno de 36%, o que revela mais uma vez as disparidades regionais existentes no país.

Apesar de ter havido uma redução dos óbitos por estas causas, no Norte e Nordeste o ritmo foi bem mais lento que nas outras regiões. Na Região Centro-Oeste, por exemplo, a mortalidade proporcional por doenças diarréicas e desnutrição foi reduzida de 24,3% para 10,6%.

O ritmo mais lento na redução da mortalidade nas Regiões Norte e Nordeste — aproximadamente 24% — pode estar indicando que, apesar dos esforços das instituições de saúde, a persistência de condições sócio-econômicas desfavoráveis (como a baixa renda familiar, o baixo nível de educação materna e o saneamento ambiental deficiente) atua como fator de resistência a melhorias do nível de saúde. Tais condições são frequentemente responsáveis por problemas de nutrição e desenvolvimento, que quando não levam à morte, produzem seqüelas que comprometem um futuro normal para estas crianças.

Mortalidade proporcional por doenças diarréicas e desnutrição em menores de um ano — Grandes Regiões



Fonte: Ministério da Saúde

Situação Educacional

Na década de 80, houve um crescimento expressivo da taxa de escolarização para a população de 7 a 14 anos em todo o país.

No entanto, as taxas de evasão e repetência permaneceram altas. Outro grave problema é o tempo de permanência da criança na escola.

A prova da ineficácia do sistema educacional vigente é o baixo índice de conclusão do primeiro grau.



Duplicou no período 1981/87 o número de crianças de 5 e 6 anos que freqüentavam escola



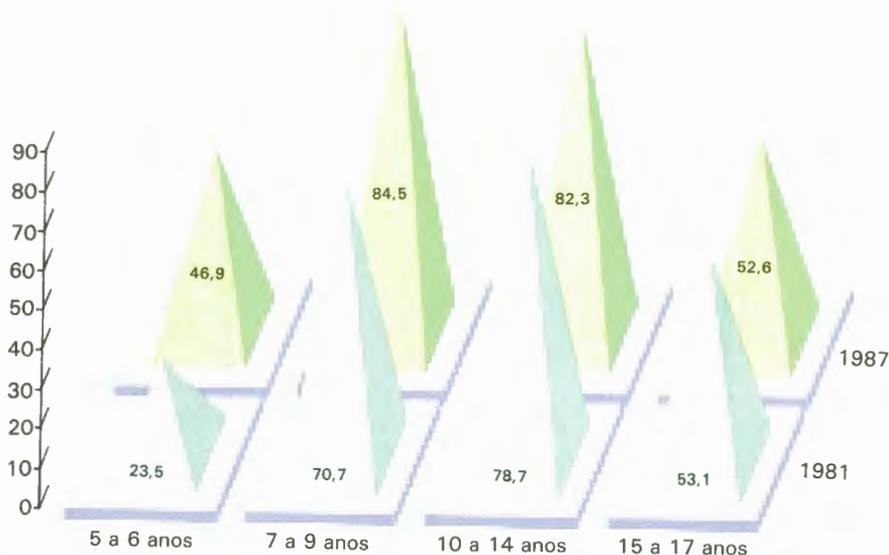
Situação
Educatonal

Em 1987, 83,2% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, período de escolarização obrigatória, freqüentavam escola. Na faixa de 5 e 6 anos, idade da pré-escola, a taxa de escolarização era de 46,9%, e na de 15 a 17 — 52,6%.

No período 1981/87, verifica-se que a taxa de escolarização cresceu consideravelmente para todos os grupos de idade, com exceção daquele de 15 a 17 anos, no qual sofreu ligeira redução. O resultado mais surpreendente refere-se ao

grupo de 5 e 6 anos, que chegou a ter suas taxas duplicadas, passando de 23,5% para 46,9%. Este aumento deve-se provavelmente à implementação da política de atendimento pré-escolar iniciada em 1985, sobretudo na instância municipal. Em relação às crianças de 7 a 9 anos, ocorreu também um crescimento significativo na freqüência à escola, de 70,7% para 84,5%, enquanto para os de 10 a 14 anos, este aumento foi menos expressivo, de 78,7% para 82,3%.

Taxa de escolarização das pessoas
de 5 a 17 anos por grupos de idade — Brasil





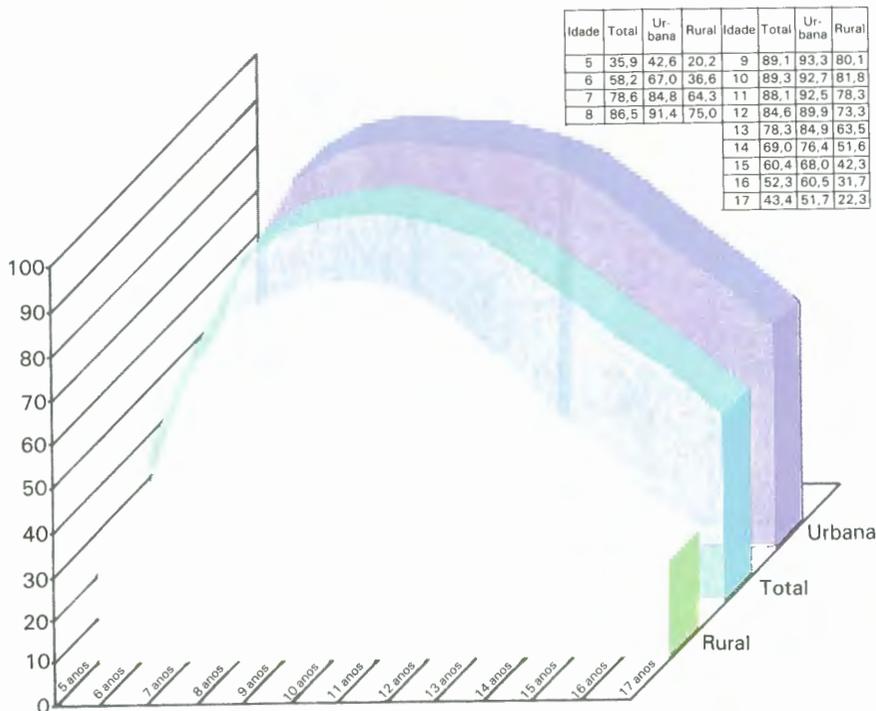
Situação
Educativa

A partir dos 10 anos, as taxas de escolarização diminuem, indicando a saída precoce da escola

Considerando 5 anos o limite mínimo de idade utilizado pela PNAD em seu levantamento sobre a escolaridade, verifica-se que a taxa de escolarização observada para 1987 tende rapidamente a crescer, atingindo seu valor máximo entre as crianças de 10 anos — 89,3%. Em seguida, começa a cair lentamente, tendência que se acentua a partir dos 14 anos, idade limite da escolarização obrigatória — 69,0%. Aos 17 anos, apenas 44,2% dos jovens continuavam freqüentando escola.

O comportamento das curvas de escolarização por idade para as populações urbana e rural é semelhante, encontrando-se, todavia, valores bem mais elevados para a urbana. Os diferenciais são mais acentuados nas extremidades das curvas, ou seja, 5 e 6 anos e 15 a 17 anos, indicando que na área rural a entrada no sistema escolar ocorre mais tarde que na urbana, enquanto a saída ocorre mais cedo; ou seja, a permanência na escola é extremamente breve na área rural.

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos por idade, segundo a situação do domicílio — Brasil — 1987



4,3 milhões de crianças e adolescentes não freqüentavam escola em 1987

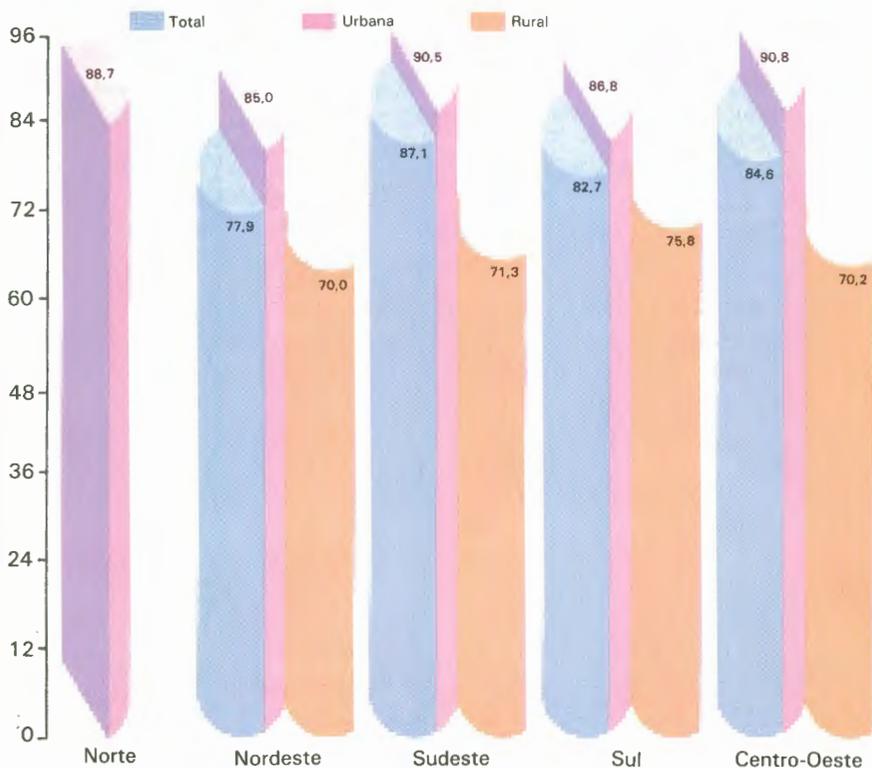


Situação Educacional

Observando-se as taxas de escolarização do grupo de 7 a 14 anos nas Grandes Regiões do país, constatam-se evidentes desigualdades sócio-espaciais. Enquanto no Sudeste, Região mais urbanizada, 87,1% desse contingente freqüentava escola em 1987, no Nordeste, essa proporção era de 77,9%. Pode-se verificar também que nas áreas rurais,

mais pobres, estavam fora da escola de 25% a 30% das crianças e adolescentes na faixa de escolarização obrigatória. Assim, de aproximadamente 4,3 milhões de crianças e adolescentes que não freqüentavam escolas em 1987, 52,7% residiam em áreas rurais, sendo que mais da metade (54,1%) no Nordeste rural.

Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos por situação do domicílio — Grandes Regiões — 1987



Fonte: PNAD



Em 1985, cerca de 25% das crianças matriculadas na 1.^a série foram reprovadas

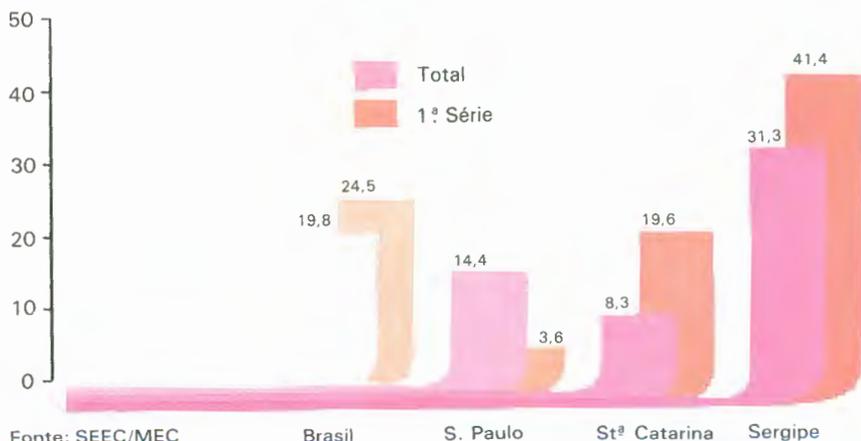
Na primeira metade da década de 80, a taxa média de repetência para o 1.^o grau, no conjunto do país, manteve-se em todos os anos em torno de 20%. A análise desse indicador para diferentes Estados — São Paulo, Santa Catarina e Sergipe — em 1985, revela mais uma vez grandes diferenciações regionais. Nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, situados em Regiões mais urbanizadas, onde o padrão sócio-econômico da população é mais elevado, encontram-se taxas de repetência mais baixas, 14,4% e 8,3%, respectivamente. Já em Sergipe, Estado pobre de uma Região pouco desenvolvida, esta taxa é duas ou mais vezes superior àquelas — 31,3%.

A primeira série do 1.^o grau é um ano crítico no que se refere à taxa de repetência. Em 1985, foi maior

nesta série do que a média em todas as séries do 1.^o grau, 24,5% para o conjunto do país, 19,6% em Santa Catarina e 41,4% em Sergipe. No Estado de São Paulo, a taxa de repetência na primeira série passou de 28,2% em 1984 para 3,6% em 1985. Isto se deve ao fato de naquele ano ter sido instituída nas escolas estaduais a promoção automática desta série para a seguinte. Esta medida teve grande influência sobre a redução das taxas médias de repetência neste estado.

Apesar das taxas de escolarização terem apresentado um expressivo aumento ao longo da década, a manutenção de índices elevados de repetência coloca em questão a melhoria nos padrões de freqüência à escola constatados nos gráficos anteriores.

Taxa média de repetência no 1.^o grau
e na primeira série do 1.^o grau — Brasil e alguns Estados — 1985



Em 1984, as taxas de evasão escolar eram duas vezes mais altas nas escolas públicas do que nas particulares

Também em relação à evasão imediata, taxa que expressa a percentagem de alunos que abandonam determinada série durante um mesmo ano letivo (em relação à matrícula total da série), verifica-se para o total do país um ligeiro aumento entre 1981 e 1984, de 10,4% para 12,4%.

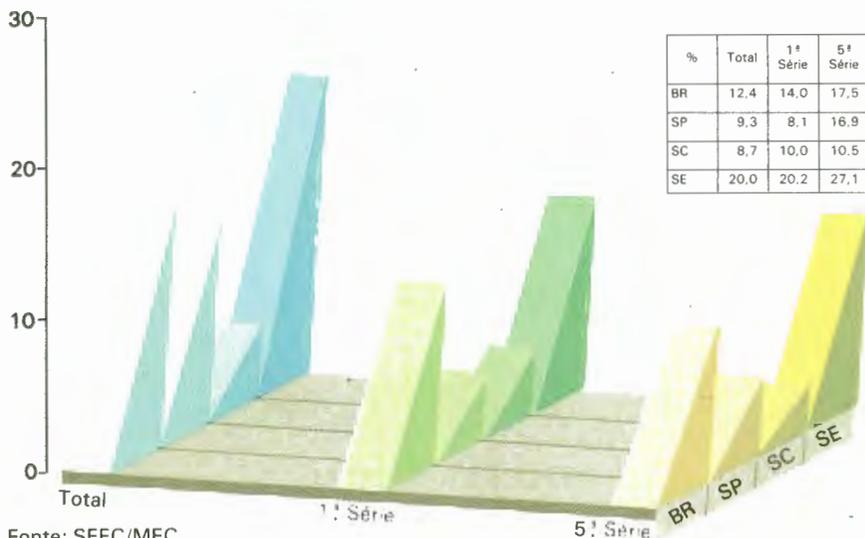
As taxas de evasão imediata apresentam comportamento similar àquele observado para as taxas de repetência no que se refere aos estados. Em 1984, os valores para São Paulo e Santa Catarina situavam-se em torno de 9%, enquanto para Sergipe esta taxa era bem mais elevada, da ordem de 20%.

A primeira e a quinta série são aquelas onde se verificaram os

maiores índices de evasão escolar, 14,0% e 17,5%, respectivamente, para o total do país em 1984.

Existe ainda uma diferenciação marcante nos índices de evasão imediata de acordo com a natureza do estabelecimento. As taxas para as escolas públicas, sejam elas municipais ou estaduais, são bastante superiores às das escolas particulares: em 1984, os estabelecimentos públicos apresentavam taxas da ordem de 13%, enquanto os particulares se situavam em torno de 6%. Este comportamento se repete em todas as regiões do país, com as taxas das escolas públicas representando, quase sempre, pelo menos o dobro das particulares.

Taxa de evasão imediata por série — Brasil e alguns Estados — 1984



Fonte: SEEC/MEC

A repetência e a evasão fazem com que muito poucos alunos terminem o 1º grau

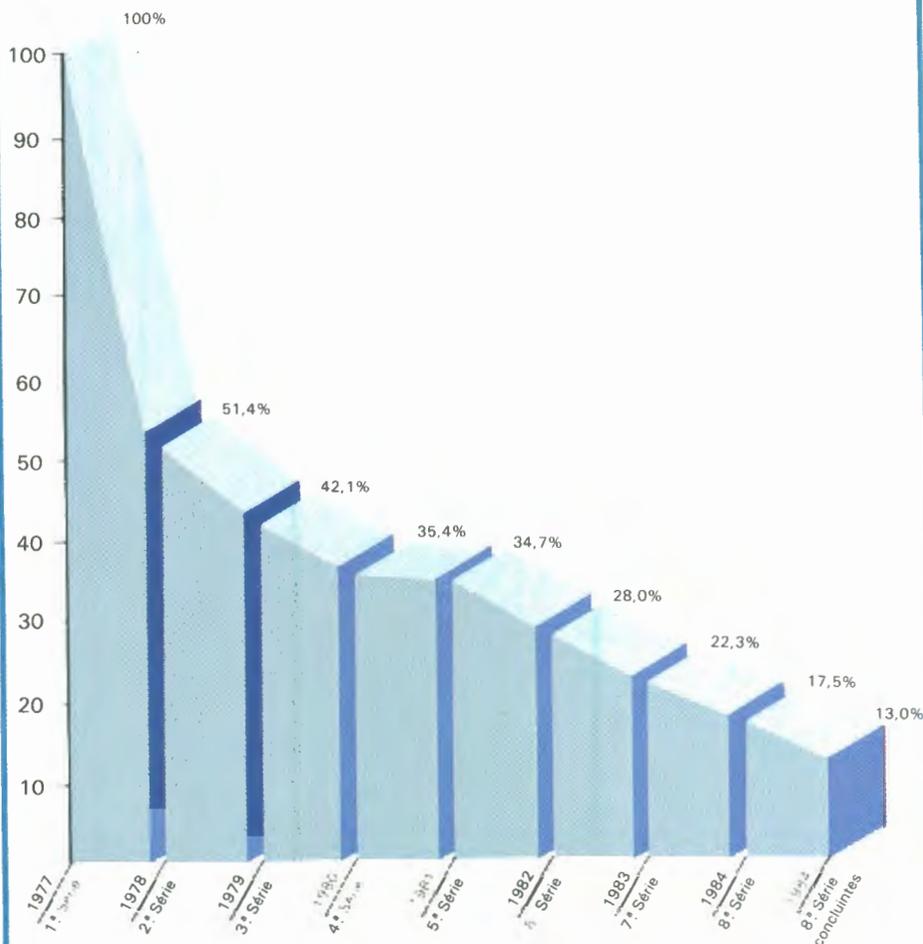


Situação
Educativa

O resultado dos fenômenos de evasão e de repetência pode ser observado no gráfico de fluxo escolar. A análise de coorte nele apresentada denuncia que de cada 100 alunos matriculados na

primeira série do 1º grau, em 1977, apenas 35,4 chegaram a frequentar a quarta série em 1980, 17,5 a oitava série em 1984, e apenas 13 conseguiram terminar o 1º grau notemporegular.

Evolução da matrícula inicial por série-coorte — Brasil



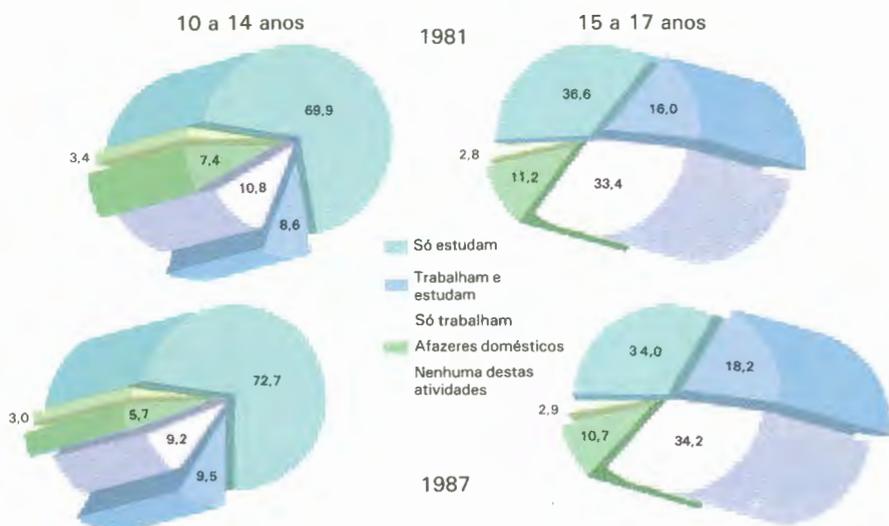
Estudar e ao mesmo tempo trabalhar é uma situação cada vez mais freqüente entre crianças e adolescentes

Como se distribuem as crianças e adolescentes entre a escola e o trabalho? Os dados mostram que a participação deste grupo nessas atividades é bastante diferenciada, segundo a faixa etária. Em 1987, aqueles que tinham entre 10 e 14 anos dedicavam-se, em sua maioria, exclusivamente aos estudos (72,7%), não deixando de ser expressivo no entanto o percentual dos que trabalhavam (18,7%), conciliando com o estudo (9,5%) ou não (9,2%). Já aqueles de 15 a 17 anos distribuía-se de forma equilibrada entre o estudo e o trabalho: 34,0% somente estudavam, 34,2% somente trabalhavam e 18,2% conciliavam as duas atividades. Quanto aos afazeres domésticos, trata-se de

uma atividade desempenhada com mais intensidade pelo grupo de mais idade: 10,7% contra 5,7% para os de 10 a 14 anos.

A comparação com os dados de 1981 revela uma evolução diferenciada para os dois grupos de idade. Para os mais jovens, verifica-se um aumento na proporção dos que estudavam (conciliando com o trabalho ou não), enquanto para o grupo de 15 a 17 anos, ao invés, ocorre um aumento no percentual dos que trabalhavam (estudando simultaneamente ou não). É interessante observar que o grupo daqueles que conciliavam estudo e trabalho sofreu aumento relativo para ambos os grupos de idade.

População de 10 a 17 anos por condição de atividade — Brasil



Trabalho

É bastante significativo o contingente de crianças e adolescentes que tem uma atividade econômica. Embora o trabalho dos menores ainda seja mais freqüente na área rural, tem aumentado bastante nas áreas urbanas. A idade, o sexo e a condição sócio-econômica da família são variáveis fundamentais para explicar a inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

A maioria dos menores que trabalham são empregados, não têm carteira assinada, ganham salários muito baixos e têm uma carga de trabalho equivalente ou superior a 40 horas semanais.



Em 1987, a participação das crianças e adolescentes nas atividades econômicas era de 51,4% para o grupo de 15 a 17 anos e de 18,3% para o de 10 a 14 anos. Não só a idade exerce influência determinante nessa participação, sendo também o nível de rendimento familiar fundamental para explicar o ingresso de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Nesse sentido, verificam-se situações diversas: para o grupo de 15 a 17 anos, em 1987, a taxa de atividade situou-se em torno de 54%, mantendo-se praticamente no mesmo nível, em todas as faixas de rendimento familiar inferiores a 2 salários mínimos per capita. A partir desse nível, verifica-se uma queda acentuada para 35,5%, o que indica que os jovens das famílias nessa faixa de renda já não têm tanta necessidade de trabalhar, podendo assim prolongar seus estudos.

Já para o grupo de 10 a 14 anos, a maior participação no mercado de trabalho (26,6%) se dá na faixa de rendimento familiar mais baixo (até 1/4 do salário mínimo). À medida que o nível de rendimento da família aumenta, a tendência é de que as crianças e os adolescentes passem a trabalhar menos.

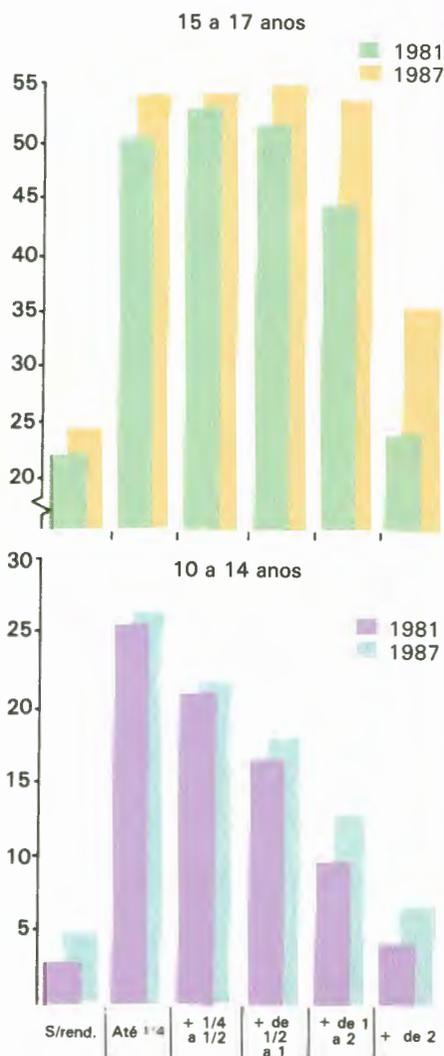
A comparação das taxas de atividade de crianças e adolescentes em 1981 e 1987 aponta para um ligeiro aumento da participação nas atividades econômicas para aqueles que faziam parte de famílias com rendimento mensal per capita equivalente a até 1 salário mínimo. A partir desse patamar, especialmente na faixa de mais de 2 salários mínimos, os incrementos foram bem mais acentuados. Deve-se ter sempre em mente que o valor real do salário mínimo entre dois anos distintos apresenta variações que problematizam a comparação em uma série histórica.

O nível de renda familiar determina o ingresso das crianças e adolescentes no mundo do trabalho



Trabalho

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, segundo as classes de rendimento mensal familiar per capita — Brasil



Fonte: PNAD



Trabalho

No período 1981/1987 aumentaram as proporções de crianças e adolescentes que trabalhavam na área urbana

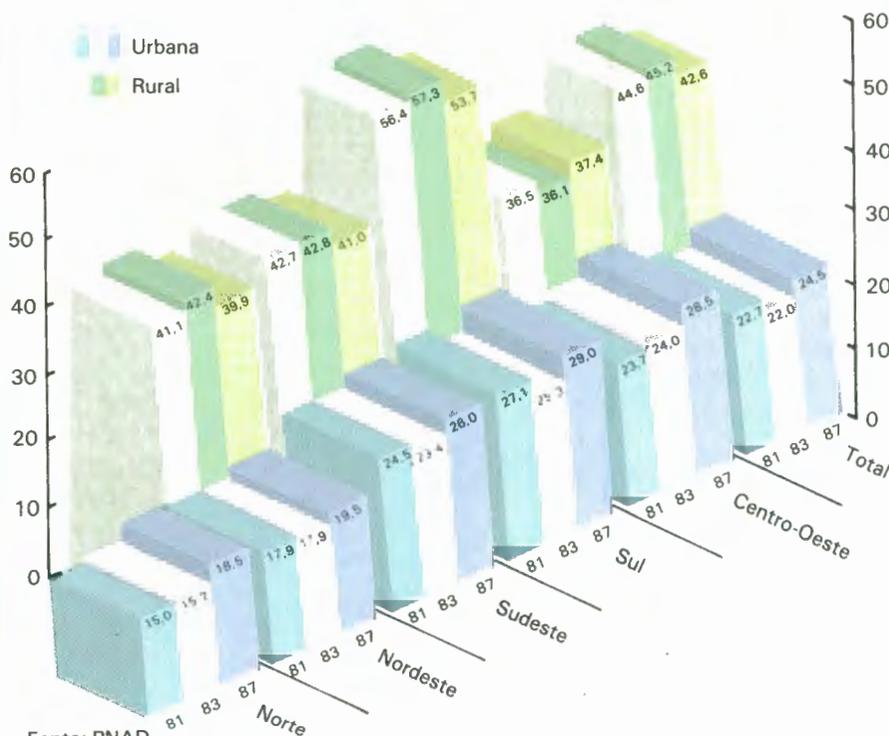
A participação das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos em atividades econômicas é bastante diferenciada, segundo as regiões e a situação do domicílio. Tanto em 1981 quanto em 1987 era muito mais freqüente o trabalho dos menores na área rural do que na área urbana, o que se verifica em todas as regiões do país.

A Região Sul é a que apresenta as maiores taxas de atividade, tanto no meio rural (53,7%),

quanto no urbano (29,0%), seguida do Centro-Oeste, no que se refere ao meio urbano (28,5%).

Na comparação entre 1981, 1983 e 1987, percebem-se tendências distintas para as duas situações de domicílio. Enquanto na área urbana há um aumento da taxa de atividade dos menores em todas as regiões, na área rural, decrescem estes valores, com exceção da Região Centro-Oeste, que apresenta ligeiro aumento.

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, por situação do domicílio — Grandes Regiões.



As crianças e adolescentes têm mais dificuldades que os adultos de ingressar no mercado de trabalho



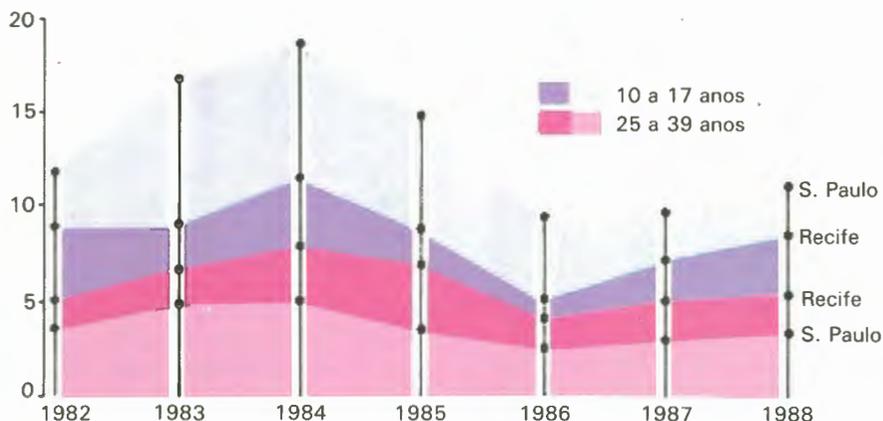
Trabalho

A análise comparativa da taxa de desemprego aberto para os diferentes grupos de idade fornece elementos para a compreensão das dificuldades que o mercado de trabalho impõe aos jovens. No período 1982/1988, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego, as taxas de desemprego do grupo de 10 a 17 anos nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, por exemplo, foram sistematicamente mais elevadas que as da população em geral. Em São Paulo, elas foram o triplo da dos adultos de 25 a 39 anos e aumentaram nos períodos de crise econômica. Nos anos de 1983 e 1984, os jovens tiveram as taxas mais altas de desemprego, 16,9% em 1983 e 18,6% em 1984, contra 4,9% e 5,1%,

respectivamente, para os adultos de 25 a 39 anos. Em Recife, nestes mesmos anos, a situação foi semelhante, embora com menores diferenciais entre as taxas dos jovens e as dos adultos (9,0% em 1983 e 11,4% em 1984, contra 6,7% e 7,8%, respectivamente, para as pessoas de 25 a 39 anos).

Em 1988, a taxa de desemprego aberto das pessoas de 10 a 17 anos foi de 8,4% em Recife e de 11,1% em São Paulo, enquanto a do grupo de 25 a 39 anos não alcançou 6,9% em nenhuma delas. O fato, aparentemente, contraditório de São Paulo registrar taxas de desemprego aberto maiores do que as de Recife deve-se provavelmente aos diferentes graus de organização e formalização de seus mercados de trabalho.

Taxa de desemprego aberto das pessoas de 10 anos e mais por grupo de idade — São Paulo e Recife



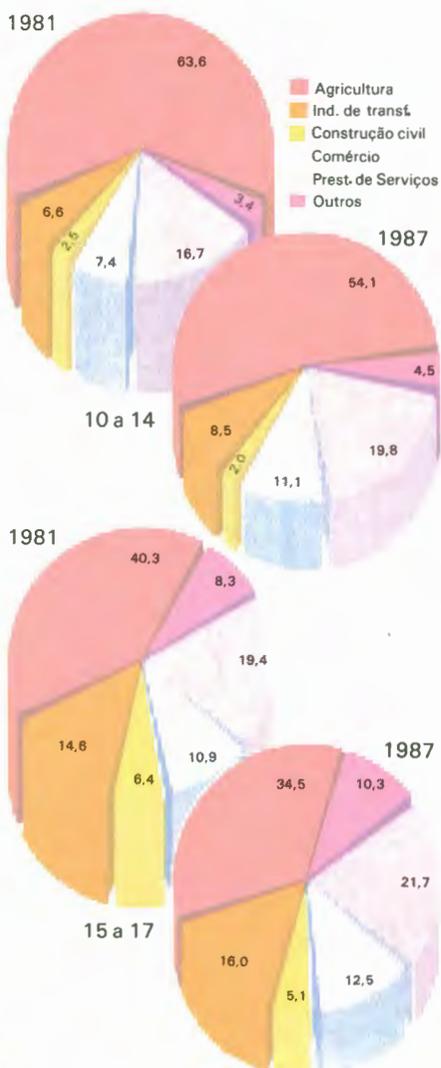
Fonte: PME



Trabalho

A agricultura e a prestação de serviços são os ramos de atividade que mais ocupam a mão-de-obra infantil e adolescente

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade — Brasil



No conjunto do país, a agricultura continua sendo o ramo de atividade econômica que mais tem ocupado mão-de-obra jovem. Constata-se que em 1987, 54,1% dos jovens ocupados de 10 a 14 anos e 34,5% dos jovens de 15 a 17 anos trabalhavam neste ramo de atividade.

A prestação de serviços também tem ocupado bastante as crianças e adolescentes, situando-se em torno de 20% a proporção daqueles que exerciam atividades neste setor da economia.

Entre 1981 e 1987, diminuiu em cerca de 15% a proporção de menores ocupados na agricultura, o que ocorreu para os dois grupos de idade. Por outro lado, cresceu em 50% a participação relativa do grupo mais jovem no comércio de mercadorias e em 29% na indústria de transformação, passando estes dois setores a ocupar, respectivamente, 11,1% e 8,5% da mão-de-obra nesta faixa de idade. Para o grupo de 15 a 17 anos, verificam-se aumentos mais significativos, respectivamente, 15% e 12% nos setores de comércio e prestação de serviços.

Esses deslocamentos de mão-de-obra infantil e jovem são resultado do rápido processo de urbanização e das novas tendências de organização das modernas economias urbano-industriais que vem acelerando o crescimento do emprego nos setores terciário e secundário.

Fonte: PNAD

Na Região Metropolitana de São Paulo, exemplo de uma moderna economia urbano-industrial, há uma distribuição mais ou menos proporcional das pessoas de 10 a 17 anos nos setores secundário e terciário (34,9% na indústria de transformação e 39,9% em serviços, no ano de 1988), segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego.

Por outro lado, o comportamento do mercado de trabalho em relação aos menores das áreas mais pobres apresenta uma dinâmica totalmente diversa. A Região Metropolitana de Recife, cuja estrutura produtiva urbana, particularmente o setor industrial, tem sido incapaz de absorver o extenso excedente de mão-de-obra oriundo do setor agrário, oferece um quadro bastante expressivo da terciarização de sua mão-de-obra. Deve-se ressaltar que este processo de terciarização da economia em Recife está associado em grande parte ao mercado informal de mão-de-obra, diferentemente de regiões mais desenvolvidas, onde as relações de trabalho neste setor costumam ser mais formalizadas.

De fato, em Recife, a indústria de transformação absorve contingente bem menos significativo de jovens de 10 a 17 anos que em São Paulo (cerca de 11% e 40%, respectivamente), enquanto serviços e comércio congregam cerca de 2/3 da mão-de-obra naquela faixa de idade.

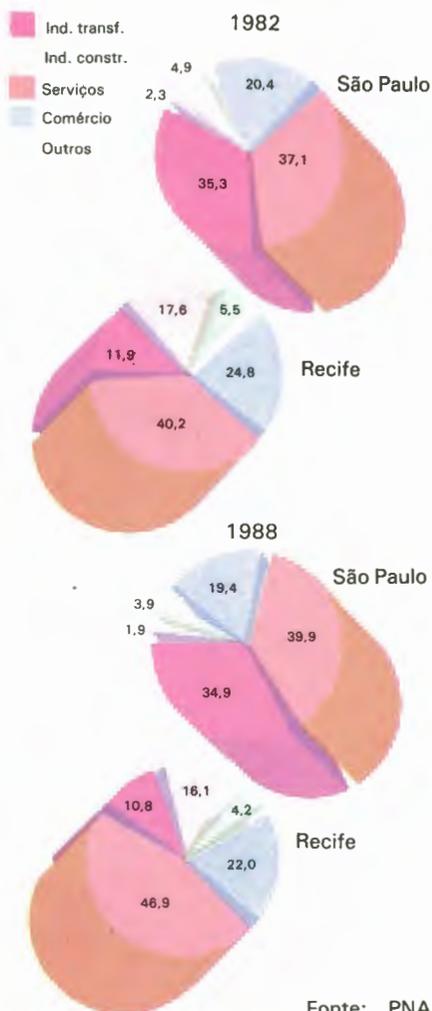
No período 1982/1988, a alteração mais significativa na distribuição da mão-de-obra infantil e jovem nestas duas regiões metropolitanas, foi o crescimento relativo do contingente ocupado no setor serviços em Recife, que passou de 40,2% para 46,9%, refletindo a intensidade do processo de terciarização nessa região.

As oportunidades de trabalho para crianças e adolescentes são o reflexo do grau de organização econômica da região



Trabalho

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade — Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife





Trabalho

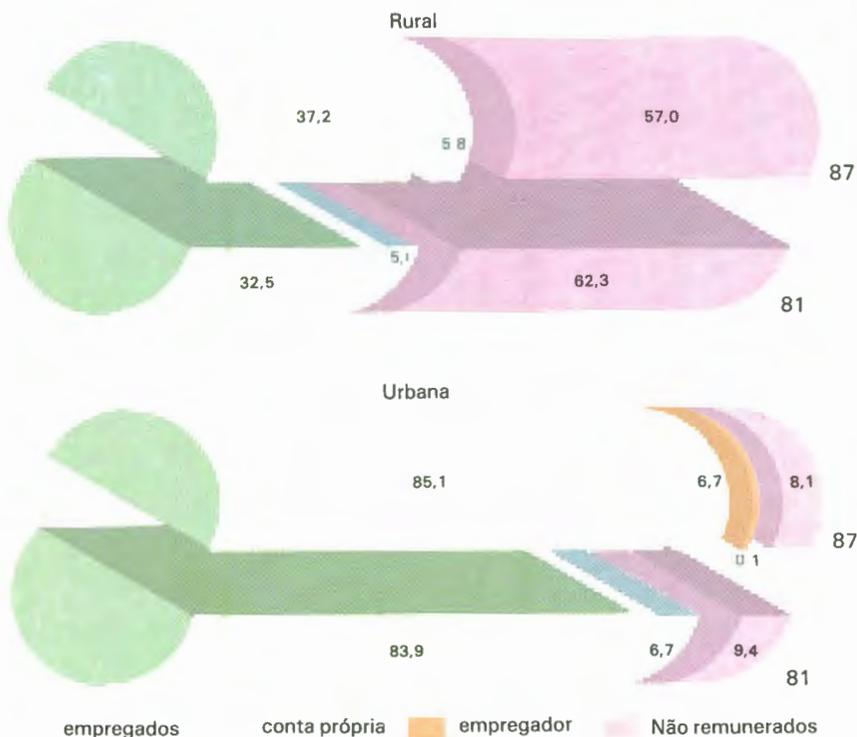
A maioria das crianças e adolescentes ocupados trabalha como empregados

As crianças e adolescentes que trabalham como empregados vêm tendo um peso cada vez mais acentuado na área urbana — 85,1% do total dos menores ocupados em 1987 — enquanto na área rural não passa de 37,2%. Já o trabalho não remunerado entre os jovens é um fenômeno típico do meio rural

— 57,0% — enquanto no meio urbano é pouco expressivo — 8,1%.

Em ambas as situações do domicílio, sobretudo no meio rural, verificou-se entre 1981 e 1987 um aumento na proporção de empregados e, por outro lado, uma redução na de trabalhadores não remunerados.

- Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por posição na ocupação, segundo a situação do domicílio — Brasil



É pequena a proporção de empregados com carteira assinada entre a população jovem



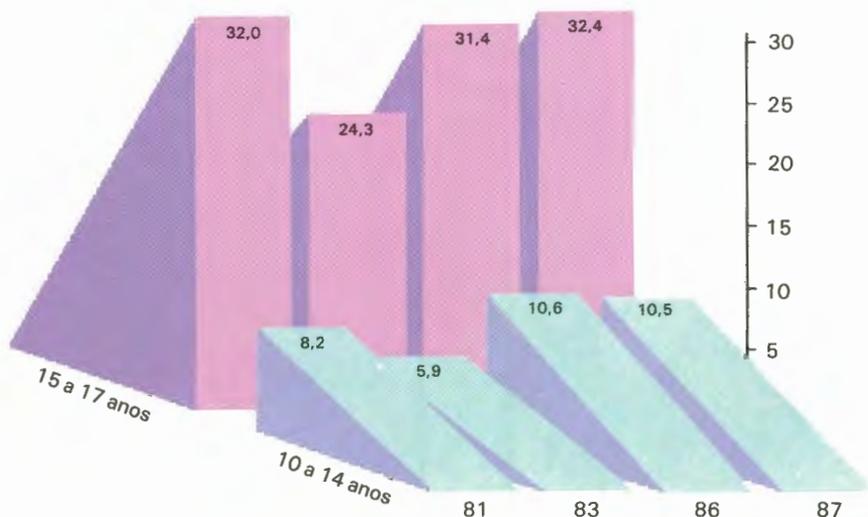
Trabalho

Em 1987, apenas 32,4% dos adolescentes de 15 a 17 anos que trabalhavam tinham carteira de trabalho assinada. Essa proporção é bem menor no grupo de 10 a 14 anos — 10,5%. Isto significa que apenas uma pequena parcela de crianças e adolescentes que trabalham está protegida pela legislação trabalhista e pela previdência social.

É interessante observar a tendência de evolução dessa cobertura no período 1981/87. Nos primeiros dois anos, 1981/1983, verificou-se uma queda brusca nas proporções de menores empregados com carteira de trabalho assinada em ambos os grupos de idade, o que se explica

pela situação de crise econômica acompanhada de recessão e desemprego. Em 1986/1987, voltam a aumentar aquelas proporções, como resultado da retomada do crescimento econômico e suas repercussões no mercado de trabalho. No entanto, essa retomada não chegou a implicar alterações significativas na proporção de menores trabalhando com carteira assinada. No caso do grupo de 15 a 17 anos, essa proporção voltou a ser em 1987 praticamente a mesma de 1981, 32,4% e 32,0%, respectivamente. Já para o grupo de 10 a 14 anos, verifica-se um ligeiro aumento de 8,2% para 10,5%.

Empregados de 10 a 17 anos com carteira assinada — Brasil



Fonte: PNAD



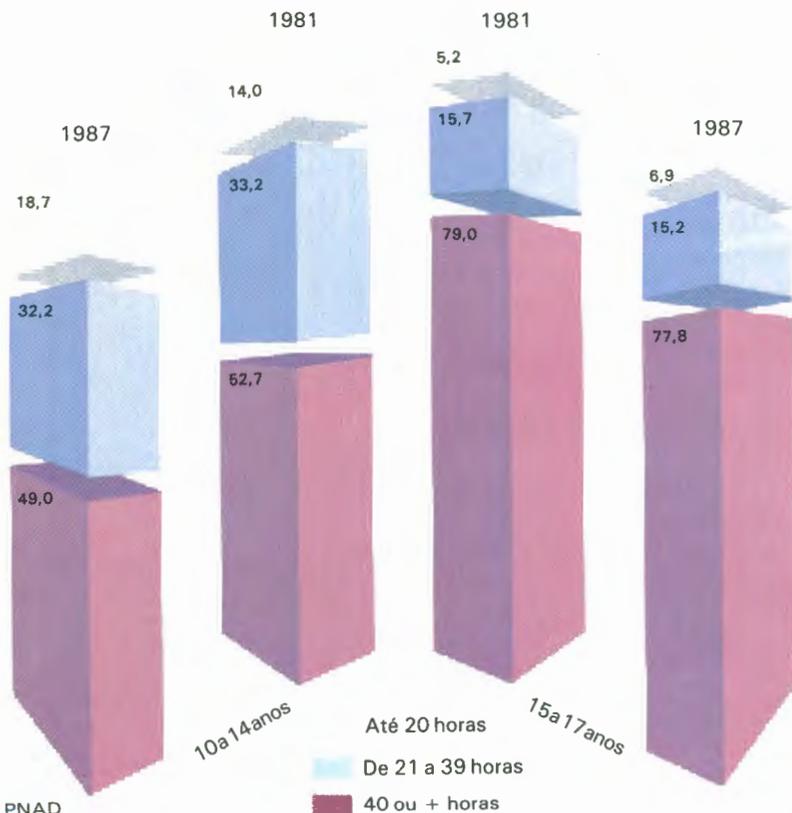
Trabalho

Em 1987, mais da metade das crianças e adolescentes ocupados trabalhavam 40 horas ou mais por semana

Para ambos os grupos de idade, a duração mais freqüente do período semanal de trabalho, em 1987, era de 40 horas ou mais. Entre os mais jovens, 49,0% trabalhavam este número de horas, enquanto no grupo de 15 a 17 anos, este percentual atingia 77,8%.

Entre 1981 e 1987 constata-se uma ligeira redução nos percentuais de jovens que trabalhavam tal número de horas, particularmente no grupo de 10 a 14 anos, aumentando as proporções daqueles que trabalhavam 20 horas ou menos.

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por número de horas trabalhadas na semana — Brasil



A análise da distribuição de rendimentos das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos mostra claramente que, apesar de trabalhar uma grande número de horas, uma elevada proporção de menores recebia salários muito baixos. Em 1987, 77,3% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 42% do grupo de 15 a 17 anos tinham um rendimento equivalente a no máximo meio salário mínimo. Deve-se destacar ainda que no primeiro grupo, 43,8% estavam ocupados mas não recebiam remuneração por seu trabalho, ou seja, estavam na categoria de trabalhadores não remunerados, enquanto no grupo mais velho isso ocorria com 21,1%.

No período 1981/87, verifica-se no conjunto do país uma elevação dos níveis de rendimento do trabalho de crianças e adolescentes, tendo havido um aumento significativo no percentual dos que percebiam mais de 1/2 salário mínimo mensal, de 16,5% para 22,4% no caso dos mais jovens e de 48,6% para 57,6% no grupo de 15 a 17 anos. Deve-se mais uma vez chamar a atenção para a necessidade de relativizar esta comparação temporal, dada a desvalorização ocorrida no salário mínimo real.

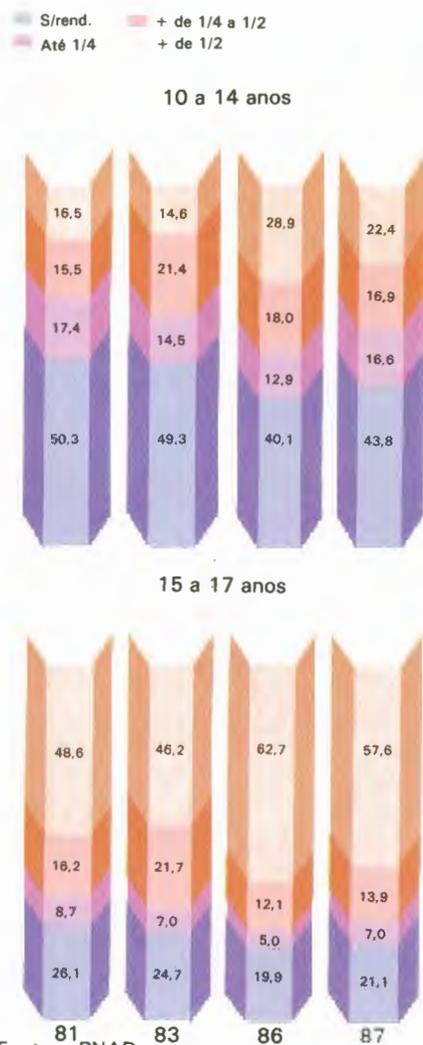
Pode-se perceber também que esta melhora não foi linear, tendo o ano de 1986 apresentado melhor distribuição de rendimentos que os demais. Entre este ano e 1987 ocorre uma redução na renda dessa parcela da mão-de-obra, possivelmente em virtude dos efeitos negativos do Plano Cruzado.

Classes	10 a 14 anos				15 a 17 anos			
	81	83	86	87	81	83	86	87
S/rend.	50,3	49,3	40,1	43,8	26,1	24,7	19,9	21,1
Até 1/4	17,4	14,5	12,9	16,6	8,7	7,0	5,0	7,0
+ de 1/4 a 1/2	15,5	21,4	18,0	16,9	16,2	21,7	12,1	13,9
+ de 1/2	16,5	14,6	28,9	22,4	48,6	46,2	62,7	57,6

É elevada a proporção de crianças e adolescentes ocupados que percebe rendimento máximo de 1/2 salário mínimo



Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por classes de rendimento de todos os trabalhos — Brasil





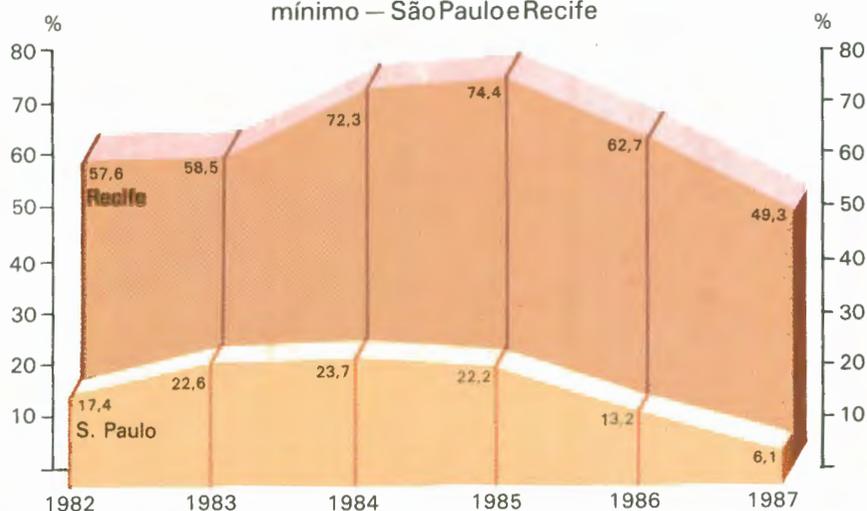
A proporção de menores que ganhavam até 1/2 salário mínimo em Recife é 8 vezes maior do que em São Paulo

Utilizando dados da PME pode-se fazer uma avaliação mais precisa da remuneração das crianças e adolescentes nas Regiões Metropolitanas, sendo possível perceber diferenças substanciais entre, por exemplo, Recife e São Paulo. Enquanto em 1987 a população dos menores que ganhavam até 1/2 salário mínimo era da ordem de 49,3% em Recife, em São Paulo não passava de 6,1%.

Comparando-se os níveis de remuneração em ambas as regiões metropolitanas entre 1982 e 1987, verifica-se nos três primeiros anos (82/84) um aumento na proporção de menores que ganhavam até 1/2 salário mínimo. Esta proporção

chegou aos seus níveis máximos em São Paulo no ano de 1984 — 23,7% — e em Recife no ano seguinte — 74,4% —. A partir destes picos, verifica-se uma redução acentuada nesses percentuais, sobretudo em São Paulo. Entretanto, deve haver um certo cuidado na interpretação dessas alterações. No primeiro ano, a queda na proporção de pessoas que recebiam até 1/2 salário mínimo foi acompanhada de aumentos reais dos salários mais baixos. Já em 1987, o que se verificou foi o oposto; a desvalorização do salário mínimo fez com que a maioria das pessoas ocupadas se situasse acima desse patamar.

Pessoas ocupadas com rendimento médio mensal⁽¹⁾ até 1/2 salário mínimo — São Paulo e Recife



Os chefes de família são os principais responsáveis pela obtenção da renda familiar. A maioria destes — 53,6% — tinha, em 1987, um rendimento que equivalia a mais de 90% da renda total da família. Depois dos chefes, seguem-se os cônjuges e os filhos de 18 anos e mais, com participação equivalente ao rendimento familiar — cerca de 38% deles tinham uma participação de mais de 30%.

Os filhos de 15 a 17 anos aparecem em terceiro lugar no que se refere à sua contribuição à renda familiar. O mais freqüente (39,9%) é que seu rendimento represente entre 11 e 30% do rendimento familiar total. Tal como estes, os filhos de 10 a 14 anos tinham na maior parte dos casos (41,0%) rendimentos que variavam entre 11 e 30% da renda total.

Estes dados, quando comparados aos de 1981, revelam que, no caso dos chefes, há uma redução no percentual daqueles que arcam com mais de 90% da renda familiar. Quanto aos outros membros da família, percebe-se que diminui a proporção daqueles que não participam da renda total familiar, embora sua colaboração, na maior parte das vezes, não chegue a 30%.

Condição na família	1981					
	Não part.	1a 10%	11a 30%	31a 50%	51a 90%	91a 100%
Chefe	0,0	0,4	4,2	11,0	26,0	58,4
Cônjuge	16,3	10,7	35,1	27,1	8,6	2,2
Filhos 10 a 14 anos	51,5	18,5	23,1	5,6	0,9	0,4
Filhos 15 e 17 anos	27,7	14,1	39,9	14,6	2,9	0,8
Filhos 18 anos e +	12,2	9,0	41,0	24,3	11,8	1,8

Condição na família	1987					
	Não part.	1a 10%	11a 30%	31a 50%	51a 90%	91a 100%
Chefe	0,1	0,3	4,6	11,8	29,6	53,6
Cônjuge	13,2	9,9	36,1	28,9	9,9	1,9
Filhos 10 a 14 anos	45,7	22,2	26,2	4,7	0,8	0,4
Filhos 15 a 17 anos	22,4	16,4	43,8	13,5	3,3	0,5
Filhos 18 anos e +	9,6	10,1	43,1	22,6	13,2	1,4

Fonte: PNAD

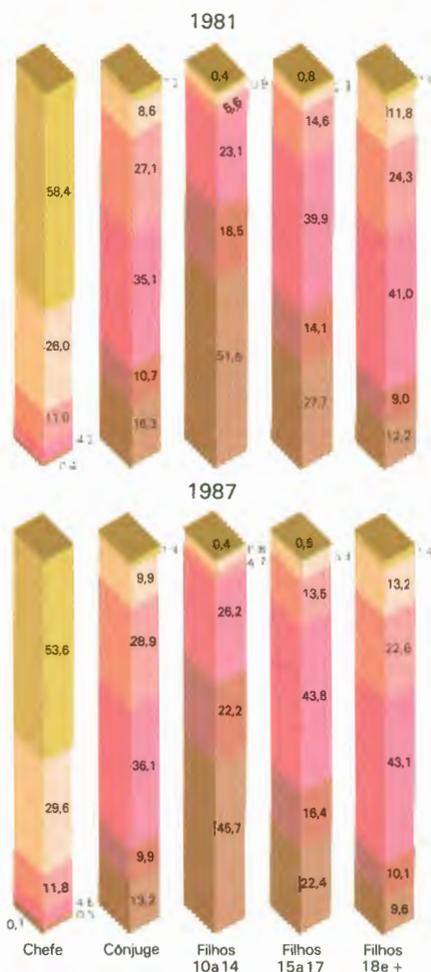
A participação dos filhos de 10 a 17 anos no rendimento familiar é para a maioria de 11 a 30%



Trabalho
rendimento familiar

Pessoas ocupadas de 10 anos e mais por participação percentual no rendimento familiar e condição na família — Brasil

Não part. 31 a 50%
1 a 10% 51 a 90%
11 a 30% 91 a 100%





Trabalho

A participação das crianças e adolescentes no rendimento familiar se reduz à medida que aumenta o nível de renda

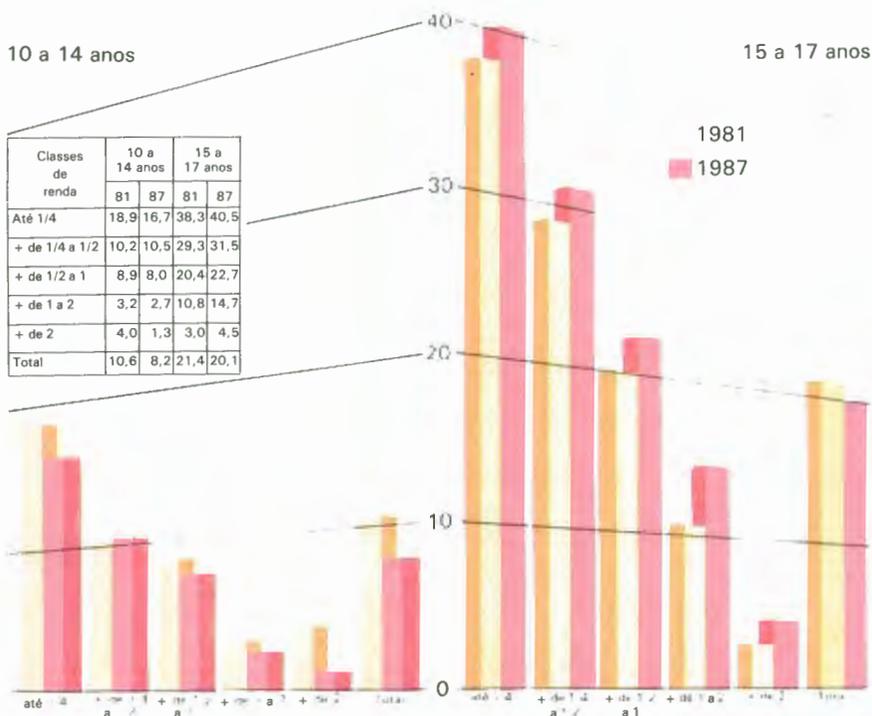
Enfocando apenas o meio urbano, verifica-se que a participação dos filhos ocupados de 15 a 17 anos é naturalmente maior do que a dos de 10 a 14 anos: 20,1% e 8,2%, respectivamente, participam com mais de 30% do rendimento familiar total.

Para ambos os grupos de idade, esta participação decai à medida que

aumenta o nível de rendimento familiar.

Entre 1981 e 1987, verificou-se um comportamento distinto para os dois grupos de idade. Enquanto para os mais jovens diminuiu o percentual dos que participavam com mais de 30% da renda total, no caso daqueles de 15 a 17 anos, esta participação aumentou para todos os níveis de renda.

Filhos ocupados de 10 a 17 anos com participação percentual de mais de 30% no rendimento familiar, segundo as classes de rendimento mensal familiar per capita — Brasil Urbano



Brasil 1987 — PNAD



População total:		138.500.429	
	Total	Urbana	Rural
População de 0 a 17 anos	58.354.336	40.547.118	17.807.218
População de 0 a 6 anos	23.805.397	16.467.755	7.337.642
População de 7 a 14 anos	25.878.862	17.902.834	7.976.028
População de 15 a 17 anos	8.670.077	6.176.529	2.493.548
População de 0 a 17 anos	Norte	2.190.929	
	Nordeste	19.535.939	
	Sudeste	23.721.508	
	Sul	8.602.688	
	Centro-Oeste	4.303.272	

Pessoas de 0 a 17 anos por classes de rendimento mensal familiar per capita (em sal. mín.)

Sem rendimento até 1/4	897.692
+ de 1/4 a 1/2	11.885.248
+ de 1/2 a 1	12.861.843
+ de 1 a 2	13.975.728
+ de 2	10.098.243
	7.803.076

Pessoas de 0 a 17 anos por tipo de unidade doméstica

Casal com filhos	43.276.395
Casal com filhos e parentes	5.977.820
Mulher chefe com filhos e parentes	6.819.977
Outros	1.995.446

Pessoas de 5 a 17 anos que freqüentam escola

5 e 6 anos	3.408.789
7 a 9 anos	8.773.170
10 a 14 anos	12.690.001
15 a 17 anos	4.464.355

Pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escola por Grandes Regiões

Norte	847.886
Nordeste	6.774.210
Sudeste	9.115.430
Sul	3.139.206
Centro-Oeste	1.586.439

Pessoas Economicamente Ativas de 10 a 17 anos por classes de rendimento familiar per capita (em sal. mín.)

Total	7.178.722
até 1/4	1.498.917
+ de 1/4 a 1/2	1.709.963
+ de 1/2 a 1	1.954.821
+ de 1 a 2	1.346.072
+ de 2	570.941
Sem declaração	98.008

Pessoas Economicamente Ativas de 10 a 17 anos por Grandes Regiões

Norte	166.473
Nordeste	2.263.355
Sudeste	2.803.904
Sul	1.399.064
Centro-Oeste	545.926

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por posição na ocupação

Empregados	4.492.866
Empregadores	2.975
Conta-própria	442.964
Não-remunerados	2.070.480

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por número de horas trabalhadas

Total	6.978.868
Até 20 horas	809.129
De 21 a 39 h	1.531.537
40 horas ou +	4.638.202

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos

Total: 10 a 17 anos	7.009.285
10 a 14 anos	2.773.308
15 a 17 anos	4.235.977

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos com carteira assinada pelo empregador

10 a 14 anos	146.791
15 a 17 anos	1.002.086

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade

Agricultura	2.959.903
Indústria	911.942
Construção Civil	271.676
Com. de mercadoria	836.208
Prestação de serviços	1.468.170
Outros	561.386

Pessoas de 0 a 17 anos por condição na família

Chefe	89.022
Cônjuge	359.004
Filho	54.472.774
Outro parente	2.944.457
Agregado	204.381
Pensionista	18.549
Empregado doméstico	240.794
Parente do empregado doméstico	8.925

Lista de tabelas disponíveis



Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
A. Dados Gerais			
A. 1	População residente, por situação do domicílio, segundo os grupos de idade	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
A. 2	População residente de 0 a 17 anos por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. Condições Sócio-Econômicas			
B. 1	Famílias e pessoas residentes em domicílios particulares por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo a situação do domicílio e grupos de idade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 2	Pessoas de 0 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, segundo a situação do domicílio e a condição da pessoa no domicílio e na família.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
B. 3	Famílias e pessoas de 0 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo classes de rendimento mensal familiar per capita e o tipo de unidade doméstica.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
C. Saúde			
C. 1	Número de óbitos e mortalidade proporcional por sexo e idade, segundo causas básicas.	Min. Saúde	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
D. Educação Pré-Escolar			
D. 1	Matrícula Inicial por idade.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
D. 2	Matrícula Final por idade.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
D. 3	Taxa de Escolarização por idade.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
E. Educação			
E. 1	Matrícula Inicial por idade, segundo a série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 2	Matrícula Final por série.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 3	Taxa de distorção série-idade para menores de 18 anos por série.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 4	Taxa de Evasão Imediata por série.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 5	Taxa de aprovação por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 6	Distribuição percentual de concluintes, por idade.	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 7	Taxa de repetência por série	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 8	Taxa de conclusão-coorte	SEEC	Brasil, Grandes Regiões, UFs, RMs e Mun.
E. 9	Pessoas de 5 a 17 anos por grupos de idade e sexo, segundo a situação do domicílio e a condição de freqüência à escola.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.10	Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de trabalho e freqüência à escola, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.11	Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por situação de trabalho e freqüência à escola, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal familiar per capita.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
E.12	Pessoas de 5 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio, as classes de rendimento mensal familiar per capita e a condição de frequência à escola.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.13	Pessoas de 5 a 17 anos, por condição de frequência à escola e série frequentada, segundo a situação do domicílio e a idade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
E.14	Pessoas de 5 a 17 anos, por condição de frequência à escola e adequação à série frequentada, segundo a situação do domicílio e a idade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F. Trabalho			
F. 1	Pessoas de 10 anos e mais, por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e grupos de idade.	PME	RMs
F. 2	Pessoas não economicamente ativas na semana, por grupos de idade, segundo a condição de inatividade e os anos de estudo.	PME	RMs
F. 3	Pessoas ocupadas, por grupos de idade, segundo o sexo e os ramos de atividade.	PME	RMs
F. 4	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência, por grupos de idade, segundo os anos de estudo.	PME	RMs
F. 5	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência, por grupos de idade, segundo o tempo de procura de trabalho.	PME	RMs
F. 6	Pessoas que procuraram trabalho na semana de referência e já trabalharam antes com remuneração, por grupos de idade, segundo os ramos de atividade do último trabalho remunerado.	PME	RMs
F. 7	Pessoas de 10 a 17 anos e taxas de atividade por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e os anos de estudo.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
F. 8	Pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares e taxas de atividade, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal familiar per capita	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F. 9	Pessoas de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares e taxas de atividade por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo a situação do domicílio e a condição na família.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.10	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e os ramos de atividade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.11	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal do trabalho principal, por sexo, segundo os grupos de idade e as dez ocupações mais freqüentes.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.12	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e a posição na ocupação.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs.
F.13	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de horas habitualmente trabalhadas, segundo os grupos de idade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.14	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por grupos de idade, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.15	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por situação do domicílio e sexo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.16	Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais, residentes em domicílios particulares, por participação percentual no rendimento mensal familiar, segundo a situação do domicílio, classes de rendimento mensal familiar per capita e a condição na família.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Nº de ordem	Tabelas	Fonte	Nível de agregação
F.17	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio mensal por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de ocupação mais frequentes.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.18	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo o sexo e os grupos de idade.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.19	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos, segundo a situação do domicílio e sexo.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs
F.20	Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos e rendimento médio por sexo, segundo a situação do domicílio e a posição na ocupação.	PNAD	Brasil, Grandes Regiões, UFs e RMs

Para obtenção das tabelas disponíveis, dirigir-se ao:

Ministério da Saúde
 Roberto Becker
 Divisão Nacional de Epidemiologia
 Esplanada dos Ministérios — B1. G. Sala 829
 CEP: 70058 Brasília — DF
 Tel.: (061) 224 0847 n.º telex: (061) 3422 SG

IBGE (PNAD e PME)
 Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais — DEISO
 Rosa Ribeiro
 Rua Visconde de Niterói, 1 246 — 11.º andar
 CEP: 20941 Rio de Janeiro — RJ.
 Tel.: (021) 284 6674 n.º telex (021) 31018

Ministério da Educação
 Serviço de Estatística de Educação e Cultura — SEEC
 Sonia Tiê e José Martins Rodrigues
 Esplanada dos Ministérios — B1. L. Anexo 2 — Térreo s/15
 CEP: 70047 Brasília — DF
 Tel.: (061) 214 8944 n.º telex: (061) 1068